



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

JULIA SILVIA GUIVANT

MEMORIAL DE ATIVIDADE ACADÊMICA

APRESENTADO COMO REQUISITO PARCIAL PARA A PROGRESSÃO A
PROFESSOR TITULAR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

FLORIANÓPOLIS

2016

Para Luciano

INDICE

JUDAISMO, LIVROS, CINEMA E HORIZONTE	6
A UNIVERSIDAD NACIONAL DEL SUR	9
A VIDA ACADÊMICA NO BRASIL E O MESTRADO NA PERSPECTIVA DE GENERO	12
O INICIO DA VIDA DOCENTE.....	15
O DOUTORADO E A SOCIOLOGIA AMBIENTAL.....	24
EUREKA: A SOCIEDADE DE RISCO NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL	37
CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO E O QUESTIONAMENTO A ESENCIALISMOS (CONHECIMENTO LOCAL, PARTICIPAÇÃO PÚBLICA).....	46
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS INCERTOS: OS TRANSGÊNICOS E AS NANOTECNOLOGIAS	58
SUPERMERCADOS E OS ALIMENTOS ORGÂNICOS	79
OUTRAS ATIVIDADES	91
BIBLIOGRAFIA CITADA	105

INDICE DE ANEXOS (em pendrive)

CV Lattes

A. Contratação na UFSC

B. Atividades como convidada em outras universidades

C. Diversos documentos

1. Atividades de ensino

2. Atividades de orientação

3. Atividades de produção intelectual

a. Artigos em periódicos indexados

a. capítulos de livros

a. organização de livros

a. artigos em periódicos não indexados

4. Atividades de extensão

5. Coordenação de projetos de pesquisa

6. Coordenação de cursos ou programas de pós-graduação

7. Participação em bancas de concursos, mestrado e doutorado

8. organização de eventos

9. Apresentação, à convite, de palestras ou cursos em eventos acadêmicos

10. Recebimento de prêmios

11. Participação de atividades editoriais e arbitragem de produção intelectual

12. Assessoria, consultoria e participação em órgãos de fomento à pesquisa, ao ensino e à extensão

13. Atividades de cunho social, como associações científicas.

JUDAISMO, LIVROS, CINEMA E HORIZONTE

Desde que me comecei a escola e me alfabetizei, com 5 anos, sonhei com ser professora. Agora, começando a escrever este memorial, vejo que nunca duvidei do sonho. Houveram obstáculos e alguns desvios, mas que não afetaram o caminho principal. E posso dizer que apesar dos problemas que relatarei, fui voltando a este caminho e seguindo nele com suavidade, sem esforço, como se a vida acadêmica e eu fossemos só uma.

Sei por que. Minha mãe...minha avó...a vida intelectual...vindo através do cinema, do teatro, da rádio. Meu avô materno, que faleceu muito antes de eu nascer, era dono de cinema e representante da UFA, uma empresa de filmes alemã, antes da II GM. Os primos de minha mãe seguiram a profissão. Eram os donos da maioria dos cinemas e dos teatros de minha cidade e nunca pagava ingresso. Minha mãe adorava esse mundo e eu ia com ela. Via de tudo.

E fundamentalmente da mão de minha mãe, ia semanalmente a sala infantil da belíssima Biblioteca Rivadavia de minha cidade natal, Bahia Blanca, na Argentina. Surgiu suavemente, sem esforço a paixão pelos livros...Até os 6 anos morei numa casa grande, uma pensão de minha avó, uma vez viúva, abriu para receber jovens judeus do interior que vinham a Bahía Blanca a estudar. Lá ela tinha uma estante pequena na sala de jantar principal, com livros da editora Austral. E que livros! Shakespeare, Malraux. Prazer da leitura. E até uma das minhas memórias nessa casa é de estar lendo o jornal da cidade (La Nueva

província) sobre a morte de Tyrone Powel, que eu adorava nos filmes em que interpretava El Zorro.



Amor pelos livros que continuou especialmente durante o único ano que fiz na escola *idish* (logo depois passou a ser a escola hebraica). Livros de histórias da bíblia, contados com saboroso prazer pela *morá* (professora), que eu brincava de ler para imaginários alunos.

Meus 4 avos vieram de criança da Rússia zarista (parte da Ucrânia, parte da Bielorrússia) para a Argentina fugindo do zar, no fim do século XIX. Tive um envolvimento e socialização judaica na minha cidade natal, com algumas poucas discussões religiosas. Mas o papel dos *madrichims* (lideranças do movimento juvenil), que vinham de Israel e Buenos Aires, era fundamental. Eles sobre tudo tinham uma visão socialista, e distribuíaam entre nós mais jovens, apostilas sobre existencialismo e judaísmo, marxismo e judaísmo. Não me identifiquei totalmente com o primeiro: não achava que para ser uma pessoa completa devesse viver em Israel. E nunca fui sionista. Com o segundo, da forma em que me foi apresentada, não me identifiquei em nada. Relações sociais de produção, forças produtivas, etc....Não me convenciam.

O senso crítico me levou aos 16 anos a entrar em certa crise com o grupo de amigos judeus. Que são as tradições judaicas fora da comida (deliciosa) e da história do povo? Não tendo uma formação religiosa, o judaísmo era e em grande parte continuou sendo isso. Identificação intensa com o povo.

Meu pai tinha um campo em Algarrobo, no qual ia ocasionalmente de férias. O mais bonito era ver o horizonte. Só vi montanhas por primeira vez aos 13 anos. A pampa era para olhar longe, sonhar muito.

Leitura, judaísmo, cinema, mostravam caminhos a perder de vista no horizonte do conhecimento.



A UNIVERSIDAD NACIONAL DEL SUR

A escolha pela carreira universitária estava entre a agronomia (sonhava em soluções para a fome) e a filosofia. Adorava esta, e por ela que fui. Ai veio me encontro com os pensadores anarquistas (Prokoptkin e Bakunin sobretudo) através de um livreiro que ficava nos corredores da universidade. Li “Dios contra el Estado” en un dia. Paixao total. Mais distante estava do marxismo e das ideias dominantes entre os colegas, especialmente aos que conheci dentro de um grupo de militância peronista. Isto foi parte do caminho contra os dogmatismos.

Durante minha formação no curso de Filosofia e Pedagogia na *Universidad Nacional del Sur*, uma mistura sem muito sentido, meu interesse foi na Filosofia e particularmente na Epistemologia. Um professor particularmente me marcou, embora não lembre de seu nome, no estudo de Kant e a Crítica da Razón Pura. A dinâmica da aula era completamente diferente da dos outros professores. Ele chegava na sala e começava a ler o livro, estimulando o debate entre todos os alunos. Inesquecível e marcante. Acredito que ainda sou uma kantiana. Kant foi *um turning point*, porque me levou a epistemologia, e a uma vertente crítica do marxismo, especialmente a interpretação da ideologia como

É impossível dissociar minha carreira acadêmica da situação política argentina na década de 70. A juventude peronista passou a ser um espaço para uma militância nos bairros periféricos em Bahia Blanca. Mas passei a me distanciar quando este grupo passou a assumir integralmente a luta armada. A violência

não era o caminho que aceitava política e humanamente. Entretanto, a violência me encontrou...

Nesse tempo de distancia da militância me formei em Filosofia no fim de 1974 e fui contratada pelo Depto de Semiologia da Universidad del Comahue, na sua sede em General Roca, província de Neuquén. O contato com a área foi enriquecedora, especialmente num período prévio à contratação, com discussões sobre Barthes. A análise do discurso e a linguística passaram a ser parte de meu referencial de análise e dialogavam com meu incipiente interesse pela epistemologia.

Mas o contrato durou um suspiro, especificamente os meses de férias. Em março de 1975 a Universidade foi ocupada por um interventor do governo de Isabel Perón. Ele era um representante da ultradireita, o romeno Remus Tetus (paradoxalmente, o primeiro professor de sociologia que tive na *Universidad del Sur*). Sumariamente demitida, voltei para Bahia Blanca, para um período de vida não acadêmica.

Em 1976 voltei a ela através da *Fundación Bariloche*. Esta abriu um chamado para algo inusual na Argentina, uma pós-graduação em ciências sociais, incluindo a área de filosofia política. Me candidatei com um trabalho realizado na graduação sobre Heráclito, seguindo a análise brilhante de Rodolfo Mondolfo. Minha única referencia era uma professora de filosofia pre-socrática. Surpreendentemente para mim fui selecionada para uma primeira seleção. Esta foi realizada em Buenos Aires. Em torno de uma grande mesa, numa sala estreita,

estavam os candidatos para esta e outras áreas, mais 3 professores. Eu apresentei oralmente o trabalho. E surpreendentemente para mim, acabei estando entre os 10 selecionados de 150 candidatos. Era uma oportunidade extraordinária, única, num país sem pós-graduação estruturada e sem possibilidades de vida acadêmica devido ao contexto político do país. Na Fundación Bariloche tive a possibilidade de entrar em contato com autores que depois viria a conhecer pessoalmente, como Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort. Mas o maior impacto foi o provocado pela leitura de “A estrutura das revoluções científicas”, de Thomas Kuhn. Fui a responsável para apresentar o seminário desse livro, que devorei em pouco tempo e que me influencia até agora.

Lamentavelmente devido a situação política de Argentina, tive que deixar o país em 1976. Novo capítulo.

A VIDA ACADÊMICA NO BRASIL E O MESTRADO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

A possibilidade surgiu, após uns meses em São Paulo, de fazer mestrado em Sociologia no IFICH da UNICAMP. A Universidade, apesar de que estávamos na época da ditadura militar, parecia ser uma bolha. Claro, a ditadura era muito diferente que na Argentina. E na Unicamp via estudantes meio hippies (um visual pouco comum no meu país), carregando Marx embaixo do braço, enquanto caminhavam felizes pelo campus. Era difícil de acreditar!

Para a seleção fiz um projeto na área de epistemologia da sociologia. Meu conhecimento desta disciplina era muito limitado, e após a leitura de *El oficio del sociólogo* de Pierre Bourdieu, passei a pensar na perspectiva de combinar Kuhn e Bourdieu no projeto. Este foi aprovado e passei na seleção no final de 1976. Meu orientador passou a ser o Dr. Manoel Tosta Berlink.

Ao começar as disciplinas, tomei consciência do arriscado de meu projeto. Este era muito ambicioso. Um dos dilemas principais que enfrentei, e que a resposta a este influenciou minha carreira acadêmica posterior, foi o de como fazer epistemologia de uma área do conhecimento que pouco conhecia. Minha resposta a tal dilema foi o de mergulhar na Sociologia. Não podia fazer epistemologia desde acima, assumindo um “dever ser”, uma visão externa e normativa em relação a sociologia. Senti que deveria mergulhar na sociologia primeiro. Esta decisão foi muito importante porque me levou para seguir com a sociologia até o presente; porque ainda me identifico com a necessidade de pensar a ciência desde dentro, a partir do que os cientistas efetivamente fazem quando consideram que estão fazendo ciência; e porque me

possibilitou entrar com mais conhecimento no que vi que mais tarde que seria uma das minhas áreas favoritas: Social Studies of Science.

Mas a resposta a aquele dilema, abria uma nova e nada fácil pergunta: como entrar na Sociologia? As disciplinas que cursei na época eram de pouco auxílio: sindicatos, Gramsci, O Capital.... Nenhuma identificação nem inspiração.

Marisa Correia, professora de antropologia, me introduziu numa forma de pensar desconhecida para mim, mas de alguma maneira intuitivamente assumida no meu cotidiano: a do feminismo. A partir da iniciativa de Marisa e também de Verena Martinez-Alier (na época e depois Verena Sockler) foi formado um grupo de conscientização feminista. Éramos poucas incluindo-se algumas outras alunas como eu. O contato com a bibliografia feminista me levou a uma identificação total. E aí encontrei o novo tema para meu mestrado: o discurso político de Eva Perón sobre as mulheres. Nesta formulação combinava meu conhecimento sobre semiologia e análise do discurso com a nova identidade. Mas este tema apresentava novos desafios, sendo o maior o de como fazer a pesquisa, como ter acesso aos discursos?

A pesar do medo, enfrentei algumas viagens a Buenos Aires durante o ano de 1978. Lá passei vários dias na Biblioteca Nacional, na época um prédio velho, cheio de gatos. Com uma certa consciência do perigo, pedia os diários da época de Evita. Com medo, copiava a mão os discursos. Não esqueçamos que estávamos ainda no auge da mortal ditadura militar. Também através de um familiar distante consegui entrar no arquivo do jornal La Nación, onde vi fotos e mais discursos. Também entrei em contato com alguns pesquisadores em Buenos Aires que estavam trabalhando com o

tema da história das mulheres na Argentina. E me familiarizei gradativamente com a obra de socialistas e democratas diversas que desde o início do século XX estavam lutando pelo direito do voto.

A bibliografia era escassa. E ainda assim fui avançando na análise. Não importava se os discursos eram ou não de autoria de Evita. O que importava era que ela era quem os pronunciava e com ela que eram identificados. O papel dado as mulheres era de divulgar a ideologia peronista. E elas deviam assumir com Perón o mesmo papel submisso com o qual Evita se identifica em relação a Perón. Não encontrei nada feminista em Evita. E claro me identifiquei com as feministas perdedoras: Alicia Moreau de Justo uma das principais. Após anos de lutar pelo sufrágio das mulheres, Evita consegue isto e assume todas as glórias. Ela surgiu promovida diretamente desde o que identifiquei na época como aparelho de Estado. Uma vantagem excludente que não esgotava, porém, o fenômeno de sua transcendência política.

A dissertação, que teve como título **Eva Perón e a questão política feminina na Argentina**, foi dividida em três partes: primeira, o estudo da questão segundo o movimento feminista argentino; segunda, a análise da ideologia do regime peronista – que outorgou o sufrágio feminino – em relação às mulheres na esfera política, tal como foi explicitada por Eva Perón; e, terceira, a relação entre essa ideologia específica e as características totalitárias mais gerais que teve o regime político.

A defesa foi em marco de 1980, contando na banca com meu orientador (pouco podia me ajudar com meu tema, mas me apoiou com entusiasmo) e também meu futuro orientador de doutorado, Prof. Daniel Hogan.

O INICIO DA VIDA DOCENTE

Após uma curta residência na cidade de São Paulo, em 1980 já estava morando com meu marido na cidade de Florianópolis e ele trabalhando na Universidade Federal de Santa Catarina. Imediatamente após a defesa fui contratada como professora substituta no Departamento de Ciências Sociais. Muitos nomes de professores da época que me ajudaram de diversas formas neste incipiente trabalho: o professor Silvio Coelho dos Santos, a professora Zuleika Mussi Lenzi, a professor Teresinha Muniz, entre vários outros.

Sou imensamente agradecida a esta Universidade, na qual estou há 36 anos. Meu espaço de vida, meus colegas, meus alunos, meus orientandos. Naquele ano de 1980 nem imaginava que toda a história que relatarei a seguir seria a partir de seu campus.

Em 1982 consegui realizar o concurso de professor do quadro, e desde então, à diferença com o que tinha me acontecido na Universidad de Comahue, con uma meteorica passage, a UFSC passou a ser parte de minha vida até o presente.

Por primeira vez passei a lecionar, e o foco foi Metodologia da Pesquisa, Epistemologia, Teoria Social Clássica. E também fui incorporada dentro do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, lecionando disciplinas equivalentes e Teoria Social Contemporânea. A medida que ia avançando na minha vida docente, fui aprofundando a leitura de sociólogos que marcaram significativamente meu pensamento. Destaco o prazer de ler a Erwin Goffman, Harold Garfinkel, e a paixão por Max Weber. Ainda quando volto a suas obras para lecionar descubro sutilezas nos seus argumentos que justificam e renovam meu envolvimento com a sociologia.

Minha identificação é total com ter como ponto de partida para o processo de conhecimento científico o pressuposto da complexidade da realidade.

Entre 1985 e 1988 foi **Coordenadora de estágio**. Consegui organizar a atividade como não tendo exclusivamente a opção de realizar um TCC mas também um estágio fora da universidade. Após diversas negociações consegui regularizar este e também consegui bolsas para os candidatos. Os primeiros foram para a COMCAP (a empresa de resíduos sólidos de Florianópolis) a trabalhar em programas de reciclagem. Considero que foi uma conquista relevante dados os resultados alcançados, a pesar de que gradativamente a importância deste estágio foi se perdendo quando deixei a coordenação.

Voltando as leituras, também foi uma identificação total a que senti com a perspectiva de **Anthony Giddens**: nem objetivismo, nem subjetivismo; nem a estrutura sob o ator, nem o ator sob a estrutura. Segundo a teoria da estruturação de Giddens (1989, 1991). toda produção social pode ser também pensada como reprodução das estruturas sociais existentes. A sociedade não pode ser considerada como um poder de coação completo sobre os atores sociais, nem estes podem ser vistos como plenamente livres frente aos determinantes sociais. A reprodução ad infinitum duma mesma estrutura é impossível, dado que a semente de mudança existe em cada ato que contribui para a reprodução de qualquer forma "ordenada. da vida social. As relações sociais estruturam-se sem determinismos e sem dualismos - o que é captado no conceito de «dualidade das estruturas. -, significando justamente que as estruturas sociais e, dentro delas, as relações sociais, do constituídas pela agência humana: ao mesmo tempo, aquelas são o meio desta constituição. Portanto, toda ação humana é

duplamente estruturada, sendo simultaneamente estruturada e estruturante: uma vez que atuando é que se criam as condições para continuar agindo. Giddens utiliza o conceito de cognoscitividade da ação social para se referir a tudo o que os atores sabem ou acreditam acerca de suas práticas, isto é, a rede de significações que envolve crenças, atitudes, percepções, valores e conhecimentos práticos que orientam aos atores nas relações sociais e nas relações com a natureza. Estes possuem diversos tipos de conhecimento sobre as condições e as conseqüências de suas ações cotidianas. Este conhecimento pode tanto ser prático - pelo que Giddens entende "tácito - como discursivamente disponível. Grande parte do conhecimento prático pode passar a ser discursivo se os atores sociais são interrogados sobre a racionalidade de suas ações. A cognoscitividade destes vincula-se a um plano inconsciente, assim como também as condições não reconhecidas ou as conseqüências impremeditadas das ações sociais.

A cognoscitividade a nível da consciência discursiva expressa-se como critérios de credibilidade ou de legitimação usados pelos agentes para justificar o que fazem; isto é, sua prática e o conhecimento que a possibilita. Estes critérios representam um certo consenso sobre significados dados à realidade social e natural pelos membros de uma comunidade. As análises sobre os valores implícitos nas ações sociais devem procurar navegar entre as possíveis derivações da racionalidade que os atores dão - ou imaginam dar - as suas opções, já que os valores não são sempre conscientes e as decisões não são invariavelmente deliberadas ou puramente racionais. A nível da cultural, dá-se a integração de tais critérios de legitimação, sendo parte do mapa cognitivo mais amplo a partir do qual os agentes sociais interpretam a realidade social e natural, mantendo a comunicabilidade entre os membros do mesmo grupo social.

Este mapa cognitivo refere-se tanto à realidade, como declarações descritivas sobre o que existe.

Ainda em 1982 desenvolvi uma pesquisa (Guivant, 1982), dando continuidade a meu interesse desenvolvido no mestrado, para analisar as características da participação das mulheres nos quadros dos partidos políticos a nível do município de Florianópolis, Santa Catarina, durante a campanha eleitoral daquele ano, na qual se escolheram desde vereadores a governadores de Estado. Nesse trabalho discuti alguns dos dilemas que atravessavam a participação feminina nos partidos políticos, e que em sua especificidade nem sempre são aceitos como assunto pertinente pela ciência política. A título de esclarecimento, é importante colocar que aqui parti do pressuposto de que esta diferenciação da especificidade da integração das mulheres nos partidos políticos não implicava necessariamente permanecer num tipo de enfoque que isolasse as mulheres enquanto atores políticos a serem estudados, mas sim ter como perspectiva uma análise que as diferencie para poder atingir um quadro mais integral da realidade política partidária.

A exclusão das mulheres dos cargos decisórios a nível do poder político, por exemplo, se apresentava como uma questão que não só diz respeito aos problemas do universo feminino partidário, mas como uma questão central para entender as características desse mesmo espaço político. Por tanto considere que todo o que possibilitasse a diferenciação de aspectos da participação das mulheres em diferentes espaços políticos possibilitará – se bem isto não será discutido neste trabalho – aprofundar nas formas em que o gênero e as diferenças sexuais têm a ver com a dinâmica do poder político em termos mais globais.

Entre os vários dilemas que as mulheres políticas enfrentam na sua incorporação e militância partidária considere dois que se relacionam com a definição e divisão dos papéis sexuais implicados nessa participação. Em primeiro lugar o dilema de desenvolver um estilo de fazer política entendido como "feminino" ou de seguir o padrão masculino dominante. Em relação a isto discuti se fazer política implica para as mulheres dedicar-se a áreas que sejam uma extensão das preocupações tradicionalmente estereotipadas como femininas e ligadas ao espaço privado ou se implica dedicar-se a trabalhar em qualquer área sem exceção. Em segundo lugar considere as diferentes posições frente ao feminismo e os dilemas que este ocasiona na definição das mulheres políticas de seu papel partidário. Já nas eleições de 1982 o movimento feminista no Brasil tinha se constituído num marco de referência significativo em termos do agir político. Em vários Estados se apresentaram candidatas que assumiam posições feministas, o que também aconteceu em Florianópolis. Mas os resultados não foram tão alentadores para o movimento feminista como era esperado. Em vinculação com isto, no último item aponte algumas reflexões sobre essa relação entre feminismo e partidos políticos, especialmente a partir da experiência a nível local. Na pesquisa foram realizadas quinze entrevistas em profundidade chegando-se a acompanhar as candidatas a vereadores e algumas militantes no seu dia de atividade durante a campanha. A amostra não foi probabilística já que a intenção não era de elaborar generalizações sobre os perfis das mulheres na política partidária, mas sim o de aprofundar qualitativamente nas características de sua participação para delimitar novos problemas a serem estudados. Em 1982 certas alterações tinham se produzido em alguns partidos políticos respeito a chamada *questão da mulher* e que afetaram também em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina a forma de incorporação das

mulheres nos partidos. Depois da reestruturação partidária em 1980 os partidos já colocavam com diferente ênfase a questão.

Em 1983 tive a oportunidade de ser professora visitante na *University of Notre Dame*, no *Kellogg Institute of International Studies*. O professor Scott Mainwaring, que estava no quadro de pesquisadores, permitiu uma excelente estadia. O que posso destacar nesse ano foi ter conhecido a esposa de um dos pesquisadores do Institute, a Dra. Anne Perotin Dummont. Seu interesse era em estudos feministas, já com uma significativa carreira na França, seu país de origem. Foi através dela que conheci a obra de Joan Scott. E que alegria de ler uma visão epistemologicamente tão original.

A leitura de Scott me possibilitou uma releitura de minha dissertação a partir da categoria de gênero. Através do novo foco pude ver que como o discurso de Eva Perón para as mulheres era fundamental para garantir a legitimidade do regime político de Juan D. Perón. O papel fundamental das mulheres era doutrinar as crianças, e estimular que os peronistas fossem submissos a Perón como ela era.

Além da vantagem de ter encontrado uma chave de análise, estando na biblioteca da *University of Notre Dame* me sentia como uma criança no playground. Que felicidade estar lendo uma referência, procurar no fichero e caminhar para a estante onde tal referência estava. Algo inacreditável vindo de um contexto onde tinha acesso a alguns periódicos internacionais e a poucos livros estrangeiros. Nessa biblioteca consegui uma extensa bibliografia sobre o tema de mulheres e política, consegui ler diversos livros sobre feminismo, e a emoção do conhecimento era intensa.

O trabalho que escrevi foi publicado como um *Working paper* (Guivant 1986), e ainda tem bastantes citações. Consegui desenvolver com um novo referencial teórico a análise sobre Evita. Mas sobretudo minha perspectiva foi a de desconstrução de sua imagem, mostrando como esta tinha sido construída contra as reivindicações feministas da época, muitas perseguidas durante o regime peronista. Também contextualizei a imagem e discurso de Evita em relação a outras experiências de mulheres na política.

Ao voltar segui participando do Grupo Trabalho da ANPOCS sobre Mulher e Política. Entretanto, a dominância de algumas lideranças levou a uma significativa dificuldade de dialogo e aceitação da possibilidade de crise do movimento feminista (algo que vinha sendo discutido nos Estados Unidos). Os estudos sobre gênero, como passei a assumir sua denominação após a leitura de Joan Scott, ainda eram incipientes. O que predominava no meio acadêmico brasileiro era o resgate das mulheres em qualquer tema, e sobretudo numa perspectiva histórica. Esses trabalhos também pecavam por uma abordagem sem discussão teórica e carregados de uma ótica empirista, como se falar das mulheres (ou da Mulher, assim no singular) fosse suficiente. Gradativamente fui me encontrando desmotivada com o tema, e o doutorado passou a ser uma alternativa para a mudança.

Publicações deste período

La visible Eva Perón y el invisible rol político femenino en el Peronismo, 1946-1952 .
Edição 60 de Working paper (Helen Kellogg Institute for International Studies),
1984.

A Redefinição da Sociologia Através de Tentativas de Novas Sínteses. Algumas
Comparações Entre Giddens e Touraine. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 42,
p. 1-40, 1986.

Alguns Dilemas Das Mulheres Nos Partidos Políticos: A Campanha Eleitoral De 1982 Em Florianópolis REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Porto Alegre, v. 1, n.2, p. 231-248, 1987.

Anos mais tarde, **em 2000, fui contatada por UNRISD**, para realizar uma pesquisa que fazia parte de uma internacional sobre acesso das mulheres à terra. Já nessa época ficou sendo um tema difícil de enfrentar, mas o trabalho de campo acabou sendo fascinante. Tinha que comparar a situação das mulheres da agricultura familiar e da reforma agrária no Brasil. Tive a oportunidade de recorrer o país e observar os graves problemas das agriculturas. Nas conclusões observei:

In the search for alternative survival strategies for family farming one can see emerging in the region new patterns of land use and a diversification in production strategies. Our research tried to identify different components of the mosaic that makes up present day family farming. Alongside the dominant tendencies to exclusion, indicators of a new rurality are emerging, not so much, here, in terms of part-time farming or employment in service sectors, but in the orientation of rural production to value adding activities. Differently from what one may be led to suppose, globalisation is not leading to a straightforward homogeneisation of rural, local and regional spaces. The formation of productive groups with the support of the Church and NGOs such as APACO also transform itself into an important option for family farming, whether these include post-harvest activities or not. Group production schemes which include small-scale agroindustries seems to be one of the strategies with most chances to improve living conditions and make rural life viable. In these changes women are playing a central role. Activities that were developed in the kitchen for domestic consumption come to have an importance for family income and even become the principal source of such income. Women achieve this level of participation not through becoming title-holders to their land but as a result of changes in gender roles, which, with all their ambiguities, are recognised as important by those who were interviewed.

Participation in production groups, whether involving agroindustry or not, allows the burden of agricultural production to be distributed between various families. This has led to important changes in the daily routine of the women, making it possible to share child-care in a way which would have been impossible with their husbands. Incorporating value added activities within these groups opens up new opportunities for women in the direction of greater empowerment: courses, direct contact with consumers, pride in their production, plans for future expansion. The new artisan and niche markets, outlined above, are crucial in redefining opportunities for women in family farming in an emerging "new rural world.. Unfortunately the MST.s strategy to date in this region seems to have been to strengthen large-scale agroindustrial initiatives which has led to problems of capitalisation and has not stimulated the development of other sources of income.

These alternatives which currently offer the best prospects and which are open to initiatives by women farmers at the same time present many problems not least of which is the competition in complex markets involving many precise demands which need to be met if success is to be achieved. Given this central role which women farmers might play in strengthening family farming through the promotion of alternative forms of income, it is crucial that public policies and plans for local and regional development, should generate an open debate on how to integrate gender issues, a conversion still not in process.

GUIVANT, J. S. Agrarian Change, Gender and Land Rights: a Brazilian case study. Social Policy and Development Programme Paper, genebra, n.14, p. 1-51, 2003.

O DOUTORADO E A SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Frente aos problemas com o mundo acadêmico sobre gênero e o tipo de enfoque que predominava na relação mulheres-política, acabei com uma espécie de desencanto da temática. E quando me candidatei a fim de 1983 para o recém aberto doutorado em Sociologia na Unicamp decidi mudar de tema mas demorei até redefinir um novo interesse. Gradativamente tinha me envolvido em **questões ambientais**, passando a integrar o Movimento Ecológico Livre de Florianópolis, ao voltar dos Estados Unidos. O despertar para mais essa reivindicação dos novos movimentos sociais começou a deixar de ser só um engajamento cidadão para passar a ser uma possível temática de pesquisa. A isto somou-se a preocupação com a alimentação e a procura de uma alimentação orgânica. Este era um mercado muito incipiente no mundo e no país, mas em torno de restaurantes considerados alternativos se mobilizavam pessoas de interesses diversos, tendo em comum a procura por maior qualidade de vida.

Após passar por diversas leituras, uma em particular chamou minha atenção: O homem e o mundo natural de K. Thomas (2001). Ele é um dos mais importantes historiadores ingleses, com liderança no que se identifica como “antropologia histórica”. Comecei a pesquisar a história ambiental de Santa Catarina, e isto me levou aos problemas da agricultura e desflorestamento. E aqui mais um dos links quando o caminho da leitura e análise se junta a nossas preocupações cotidianas. A história ambiental me levou aos problemas da agricultura e a pergunta: por que não temos mais produção orgânica de alimentos? Mas como responder a isto sem entender os motivos dos agricultores para uma agricultura convencional? Por que preferir usar

agrotóxicos? E como estes são usados? Diversos questionamentos que acabaram me permitindo delimitar meu tema de tese.

Daniel Hogan, falecido faz alguns poucos anos, foi meu orientador. Este não era seu tema, a pesar de seu interesse acadêmico na questão ambiental. Mas este era fundamentalmente urbano e eu entrava pela questão rural. Conteí sempre com seu apoio e abertura para minhas ideias.

A bibliografia sobre uso de agrotóxicos no Brasil no final dos anos 80 era limitada a alguns trabalhos importantes de agrônomos (Graziano Neto, Paschoal). Li muito desde uma perspectiva agrônômica sobre o significado da produção orgânica e os perigos dos agrotóxicos. Havia um avanço crítico significativo ao modelo convencional de agricultura em diversas publicações, mas sem uma perspectiva social. A visão dominante nesses trabalhos carecia de uma análise complexa das relações sociais. Mas na sociologia rural não encontrava condições de diálogo. Esta subdisciplina, bastante desenvolvida no Brasil, só passou a reconhecer a questão ambiental como relevante para a análise na década de 90. Previamente os temas êxodo rural, relações sociais de produção, poder do capital e das multinacionais no campo, o campesinato e sua subordinação ou não ao grande capital, etc. eram predominantes nas pesquisas e publicações. Li muito da sociologia rural norte-americana na *Rural Sociology*, revista que encontrava na biblioteca da UNICAMP e da UFSC. Timidamente começava a emergir a problemática ambiental e sobre produção orgânica. Mas nada sobre o uso de agrotóxicos desde a perspectiva dos agricultores.

Em síntese, a ampla produção acadêmica nos Estados Unidos em torno da problemática da adoção e difusão de tecnologias agrícolas deve-se, fundamentalmente, à dependência temática que, em particular, a sociologia rural tem com os interesses das *land-grant universities*. e agências governamentais federais e estaduais dos Estados Unidos. Historicamente, isto orientou de forma significativa as pesquisas, sendo central a preocupação com a definição do potencial adotador da tecnologia produzida em tais universidades: como a tecnologia era difundida e adotada, qual o papel dos agricultores, dos centros de pesquisa e das políticas públicas nestes processos e como esses fatores, entre outros, se manifestava de forma diferente nos países centrais e nos periféricos.

O quadro da sociologia rural no Brasil é significativamente diferente, sem destaque para a temática da adoção e difusão de tecnologias agrícolas porque se desenvolveu no meio acadêmico, sem influências governamentais tão diretas como nos Estados Unidos, e com uma expressiva orientação marxista.

O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação. Um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, S. C. Campinas: UNICAMP, 1992. Tese de Doutorado.

Voltando ao processo da elaboração da tese um período fundamental foi o da realização de um doutorado sanduiche na *Colorado University at Boulder* (Estados Unidos) no ano 1990. Aqui meu contato com novas publicações na área ambiental, e especialmente com o destaque que estava adquirindo a proposta de agricultura sustentável nos Estados Unidos, consegui dar um foco mais preciso à tese. Em

especial, descobri as publicações de Mary Douglas sobre percepção de risco. Este foi um marco decisivo para uma releitura de parte de meu trabalho de campo com agricultores dedicados à olericultura na região de Santo Amaro, próxima ao município de Florianópolis.

Realizei esta pesquisa após o nascimento de meu filho Luciano, em 1986. Voltei a dar aula quando terminou a licença maternidade, por mais um ano, quando retomei o afastamento para o doutorado.

Posso considerar que neste período do doutorado, com a tese defendida em 1992, foi o de consolidação de meu referencial interpretativo, articulando meu conhecimento de teoria social com a sociologia ambiental incipiente e os estudos de risco. Este é meu território.

Após o doutorado, comecei a publicar com frequência. Um dos primeiros foi dentro da publicação do Programa de Pós-graduação em sociologia política, sobre um trabalho realizado durante o doutorado para uma disciplina. Comparei as análises de Giddens e Touraine sobre a possível crise da sociologia e como sair dela. Vi muitos pontos em comum entre eles procurando recriar a sociologia através de novas sínteses entre o macro e o micro (*A Redefinição da Sociologia Através de Tentativas de Novas Sínteses. Algumas Comparações Entre Giddens e Touraine*, 1986). O curioso foi que numa reunião da ANPOCS poucos anos depois, encontrei a Touraine e contei sobre esta comparação. Ele achou que não era algo suficientemente a sua altura, e que ele deveria ser comparado sim com Habermas. Achei que se sentiu diminuído tendo

sido comparado com Giddens. Entretanto, no decorrer dos anos seguintes, foi Giddens quem ganhou a posição de destaque entre as estrelas da teoria social.

Em 1993 publiquei um dos primeiros resultados da tese, num capítulo intitulado *Parâmetros teóricos para a análise da difusão e adoção de uma agricultura sustentável*. Dou relevância a esta publicação porque o seu objetivo foi o de discutir a contribuição que a sociologia rural pode dar para a análise das possibilidades de transição da agricultura convencional para uma mais sustentável. Em primeiro lugar, apresenta-se o estado da arte referente à temática da difusão e adoção de tecnologias agrícolas. Esta abordagem, incluindo diferentes enfoques teóricos e empíricos, foi elaborada para analisar a agricultura moderna. Em segundo lugar, considera-se como esta abordagem apresenta limites sérios, fundamentalmente pelos pressupostos teóricos sobre o ator social -o produtor rural-, como agente racional de tomada de decisões. Em terceiro lugar, procura-se enriquecer o tema da difusão e adoção de tecnologias agrícolas, situando-a dentro de outra mais abrangente: a que estuda os processos decisórios entre os produtores rurais. Em quarto lugar, incorpora-se outro parâmetro teórico- o da racionalidade cultural-, fundamentalmente a partir da teoria da estruturação de Giddens. Por último, dentro desta proposta teórica, considera-se o grau de importância em pesquisar o nível de compatibilidade entre os valores e crenças sociais dos agricultores e os implícitos na tecnologia agrícola para analisar as perspectivas de adoção de uma agricultura sustentável.

Isto é, a agricultura moderna e as formas como vem difundida, tem provocado impactos cognitivos e culturais entre os produtores rurais. Seu estudo pode contribuir para o estabelecimento de diretrizes que estimulem mudanças nos padrões de adoção

de tecnologia agrícola.

Consideramos que a compatibilidade entre categorias cognitivas das tecnologias e dos atores sociais influencia todas as fases envolvidas no processo de adoção. Muito antes de tomar a decisão, o agricultor percebe, de diferentes formas, segundo suas categorias cognitivas, a informação transmitida sobre diversas inovações tecnológicas, privilegiando certas mensagens e rejeitando outras.

A partir de uma integração da perspectiva de Weber e de Giddens em estudos que pouco se referiam a eles quando se discutia o processo de adoção de tecnologias agrícolas, acredito que incorporei uma ótica inovadora: Focalizar na racionalidade cultural não implica excluir os outros planos de análise, mas considerá-los integrados num pluralismo causal - no sentido definido por Weber – que influencia o processo decisório e a implementação da tecnologia adotada. A racionalidade cultural complementa os fatores objetivos e estruturais apontados pelas outras análises já comentadas.

Sem dúvida, a transformação do modelo agrícola dominante não necessariamente começa a partir da iniciativa dos agricultores, embora estes casos tenham aumentado fundamentalmente nos países industriais avançados; acompanhando as transformações no mercado consumidor, com setores cada vez mais exigentes em termos de alimentos orgânicos. Há uma complexa rede de interdependências para o início de uma transformação, envolvendo, além dos próprios agricultores, os órgãos de pesquisa, de extensão rural, políticas públicas e grupos de pressão (como as multinacionais petroquímicas e os consumidores). A necessidade é, desta maneira, de

transformações sociais, econômicas, políticas e culturais de caráter global, para a formulação de novas estratégias de desenvolvimento sustentável, de estruturas sociais mais descentralizadas e de novas práticas e valores vinculados ao consumo e à produção. É dentro de tal perspectiva global que considere e considero a contribuição teórica e prática que pode emergir de pesquisas onde se privilegiem um enquadramento metodológico que focalize as condutas estratégias dos atores sociais.

Parâmetros teóricos para a análise da difusão e adoção de uma agricultura sustentável.. In: F.Vieira ; Dália Maimon. (Org.). As Ciências Sociais e a questão ambiental. Rumo à interdisciplinidade. Belém: APED/UFPa, 1993, p. 277-298.

Em 1993 comecei a ser pesquisadora ininterrupta do CNPq, com o projeto A agricultura sustentável nos estados do sul do Brasil. Nesse trabalho de pesquisa de dois anos desenvolvi um levantamento das experiências de agricultura sustentável no Sul. Deparei-me com o Projeto Microbacias,

Em 1994 publiquei dois artigos ainda decorrentes da tese:

-Encontros e Desencontros da Sociologia Rural Com A Sustentabilidade Agrícola. Uma Revisão Temática. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 38, n.1, p. 51-78, 1994.

-Percepção dos Oleicultores da Grande Florianópolis (Sc) Sobre Os Riscos Decorrentes do Uso de Agrotóxicos. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, SÃO PAULO, v. 82, n.22, p. 47-57, 1994.

A teoria cultural dos riscos e a comunicação dos mesmos

Neste último já incorporo uma mais ampla referencia das análises de risco, especialmente o questionamento ao princípio do déficit, que baseia o considerado

desvio na percepção dos riscos à falta de informação. Para estimular um uso reduzido e mais seguro de insumos químicos -visando a difusão de uma agricultura sustentável- considerava que não é suficiente a comunicação de mais informações. O problema não é quantidade da mesma, mas a forma em que esta é transmitida. Afirmava e afirmo que é necessário conhecer como os agricultores legitimam as práticas atuais e a partir deste conhecimento estabelecer junto com os agricultores diretrizes que possibilitem uma transformação dos problemas mencionados. Entre as questões pesquisadas procurou-se saber quais são as percepções socialmente compartilhadas entre os agricultores sobre os riscos à saúde decorrentes dos agrotóxicos; como se equacionam esses riscos em relação aos riscos econômicos; como se vinculam o conhecimento prático dos agricultores e o conhecimento técnico e, finalmente, quais são as características que deve assumir a comunicação dos riscos. A análise foi realizada dentro dos parâmetros da **teoria cultural da percepção dos riscos**.

A partir da contribuição de Douglas e Wildavsky (1982) e Douglas (1985), que a partir de um estudo comparativo com diversas civilizações na história da humanidade, perguntam-se por que certos riscos se destacam enquanto outros passam despercebidos. A percepção do risco como relevante é produto de um processo social, que supera qualquer abordagem psicológica e individual do fenômeno. O princípio de seleção, construído socialmente, é fundamental para que as pessoas possam viver cotidianamente, já que uma percepção objetiva e completa dos riscos levaria a uma paralisia social. Na seleção dos riscos relevantes nem sempre a evidência científica é a que tem o papel esclarecedor.

Este argumento foi seguido no excelente livro "The Social and Cultural Construction

of Risk", editado por Johnson e Covello (1987). Diversos autores procuraram preencher um vazio nos estudos sobre percepção de risco com a análise de como esta surge de um conjunto complexo de fatores, incluindo tendências históricas, valores subjacentes, correntes ideológicas e a natureza social, cultural, econômica, científica e política das instituições em períodos e locais específicos. Também outros cientistas sociais continuaram nesta linha de análise, como Short (1984), Perrow (1984) e Krimsky e Plough (1988). Enquanto nos últimos anos tinha aumentado a bibliografia sobre percepção dos riscos tecnológicos, o mesmo não tinha sido observado no que diz respeito aos decorrentes dos agrotóxicos. Os problemas com os mesmos são uma referência frequente em estudos de agronomia e de segurança no trabalho, mas não tinham sido trabalhados desde a perspectiva das ciências sociais como este uso está vinculado com certa percepção dos riscos e se isto influencia os padrões de adoção e implementação de tecnologias agrícolas.

A percepção dos agricultores identifica-se com a mensagem que difundem as multinacionais do setor petroquímico. Frente às críticas que surgem de diversos setores científicos sobre os perigos dos agrotóxicos, o discurso oficial tende a ser o de reduzir a questão a um conflito ideológico, no qual são as multinacionais as que estão do lado científico, com o discurso objetivo, para defender aos agrotóxicos como não tão perigosos se usados dentro das recomendações. O que não é dito é que as recomendações no geral não são seguidas, como se produção e venda dos agrotóxicos não tivessem vinculação com o seu uso direto pelo agricultor. É um campo de conflito no qual pesam os interesses econômicos, mas que se manifesta em grande parte no plano das relações de força simbólicas, com pressões sobre os agricultores realizadas através dos revendedores de insumos. Os entrevistados se posicionam junto com as

multinacionais do setor, ao assumir o discurso de que se as recomendações são seguidas, os riscos são insignificantes. Só que não existe uma coincidência entre o que agricultores e multinacionais reconhecem como sendo "recomendações" -e isto não é questionado pelos agricultores nem pelas multinacionais petro-químicas, coniventes com este quadro. Um segundo tipo de explicação é oferecido pelos entrevistados para os casos de intoxicação de um agricultor embora este tenha seguido o que eles consideram como "cuidados" ou "recomendações".

Neste caso se atribui a intoxicação a uma característica intrínseca do indivíduo afetado: alergias, "sangue fraco", exposição do intoxicado desde criança aos venenos, etc. Esta avaliação dos agricultores tem certa correspondência com a demonstração científica sobre o agravamento de problemas dermatológicos, alérgicos, hepáticos, de anemia, com o contato direto ou indireto com pesticidas. Entretanto, na explicação dada pelos entrevistados não há referências aos efeitos próprios dos agrotóxicos, mas aos efeitos que têm em pessoas com uma estrutura física que se julga intrinsecamente fraca. O sangue é colocado pelos entrevistados como centro de força vital; doenças no sangue são causa fundamental de fraqueza e de suscetibilidade frente aos pesticidas. Subjace aqui uma associação entre quem resiste aos agrotóxicos e quem tem força física. A falta de resistência é vista como estado previamente existente ao uso de agrotóxicos e não causado por este.

Os agricultores entrevistados têm chegado ao que consideram um nível de otimização do uso de insumos químicos. Isto pode ser resumido na idéia de que a forma em que os agrotóxicos são aplicados é "A FORMA". Não existiria outra. Se aplica assim –e pelo menos se evitaria, no geral, perder tudo- ou não se aplica assim e enfrenta-se o

risco de perder tudo. É o terreno do que denominei como "**fatalismo químico**". Não existe no horizonte dos agricultores a possibilidade de estar gastando demais porque poupar nos custos com agrotóxicos é identificado com aumento dos riscos econômicos.

Os agricultores opõem seu conhecimento ao dos técnicos não só por vê-lo mais apropriado às exigências cotidianas da lavoura, mas também porque julgam que aqueles dão opiniões sem considerar os riscos econômicos reais que eles devem enfrentar. O técnico é colocado na posição de quem não tem nada a perder fazendo experimentos ou dando conselhos. O conflito entre as duas formas de conhecimento não se centra num ou outro técnico ou numa experiência particularmente negativa. A dicotomia entre os dois saberes aparece construída a partir de um referencial geral. Ao desacreditar nos técnicos, os agricultores rejeitam a forma em que pensam que estes os tratam: como ignorantes e como inferiores. Isto não necessariamente significa que deixem de receber as informações que aqueles comunicam, mas que eles as transformam e as adaptam as suas condições locais, a partir de sua própria cultura e de suas experiências passadas. Se desenvolve assim um novo tipo de conhecimento, o conhecimento prático dos agricultores. Este apresenta-se como misturas pragmáticas de considerações técnicas e econômicas mais juízos de valor enraizados no sistema social (Bennett, 1982: 425). Tanto o enfoque técnico como o dos agricultores têm sua lógica e coerência, podendo ser diferentes na forma em que articulam os problemas e nos fatores que vêem como relevantes.

Frente a esta situação, **como poder estabelecer uma comunicação efetiva dos riscos?** Dentro da abordagem culturalista várias pesquisas demonstram como as

crenças das pessoas mudam muito lentamente, ainda frente a evidências contrárias. Slovic (1985) afirma que uma vez formadas as impressões iniciais, estas estruturam-se de tal maneira que influenciam as interpretações de qualquer tipo de evidências, levando a que as contrárias com as impressões iniciais sejam desconsideradas como erradas, pouco fundamentadas ou não representativas. Isto coloca o problema de se é possível educar as pessoas sobre os riscos e transformar suas impressões iniciais. Slovic responde de forma bastante pessimista. Para ele os casos mais difíceis, e não muito excepcionais, são os que envolvem altas resistências das pessoas às opiniões dos peritos. Nessas situações a reação encontrada pode ser a de interpretar tais opiniões como excessivamente voltadas para catástrofes ou consequências negativas. Esta desconfiança em muitas oportunidades pode estar reforçada por erros realizados pelos peritos no passado, pela informação contrária recebida e reforçada através dos meios de comunicação ou pela falta de evidências imediatas no cotidiano. Entretanto, ainda frente a esta dificuldade, presente entre os agricultores estudados, um dos caminhos possíveis para comunicar os riscos é o de primeiro, conhecer como estes são percebidos, quais são as necessidades e expectativas dos atores sociais envolvidos. Com esse ponto de partida tanto a educação como a transmissão de informações através de diversos canais, junto com transformações estruturais (como a nível de políticas públicas e maior monitoramento do processo produtivo e dos resíduos tóxicos nos alimentos) pode levar a resultados mais promissores.

Incluir a percepção efetiva dos atores sociais, seja particularmente sobre os riscos ou sobre as tecnologias em geral, implica trabalhar conjuntamente com os atores sociais, Sem colocá-los como receptores passivos de conteúdos previamente definidos. Desta maneira, a transmissão linear de uma informação deve ser substituída por uma que

privilegie a mútua compreensão e aprendizagem entre os agentes envolvidos no processo de comunicação, podendo atuar como uma tradutora entre o modelo da lógica técnica e a dos atores alvo.

Esta perspectiva sobre comunicação de riscos me possibilitou na década seguinte realizar cursos de treinamento com agrônomos da EMBRAPA, EMATER e EPAGRI, além de ser incorporada na disciplina **Sociologia do Meio Ambiente Rural**.

EUREKA: A SOCIEDADE DE RISCO NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Julho de 1993

New York. Compra do livro Risk Society, de Ulrich Beck.

Voo entre New York e São Francisco. Uma das experiências mais profundas academicamente ao ler sem parar Risk Society.

Santa Bárbara. Diversos encontros com Anthony Giddens, professor durante unos meses por ano na Santa Bárbara University.

Wisconsin. Diversos encontros com Frederick Buttel, na Wisconsin University, a -20 graus C. Minha intenção era realizar um pós-doutorado com ele em 1995, um dos grandes sociólogos rurais em aberto diálogo com a temática ambiental.

O livro The Risk Society, publicado em inglês em 1992, configurou outro momento chave na minha cognoscitividade. Não podia acreditar o que estava lendo. Tudo o que tinha feito, com a bibliografia sobre análise cultural de riscos, era tratado, descifrado a partir de uma ótica maior e diferente. Não estávamos falando só dos riscos. Estávamos falando de uma sociedade que se fundamenta nos riscos incertos, e os agrotóxicos eram o exemplo paradigmático privilegiado de Beck. Parecia que um

quebracabeça se montava no ar, de repente, fazendo o maior sentido. Cada frase falava comigo, com o que tinha feito a partir de meu trabalho de Doutorado.

Beck e sua obra passaram a impregnar meu pensamento desde esse momento. E imediatamente comecei a escrever na volta para o Brasil. Em 1994 encontrei dois importantes eventos para participar. Um era o da International Sociological Association (ISA), a ser realizado em julho de 1994 em Bielefeld (Alemanha) e o outro era da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) em Brasília. Preparei dois trabalhos aplicando a análise de Beck a compreensão do uso excessivo de agrotóxicos. E tive duas experiências completamente diferentes. Enquanto o dialogo em Bielefeld foi excelente, tendo até a oportunidade de assistir a uma palestra de Beck, a Sober rejeitou meu trabalho. O grupo para o qual o tinha apresentado era sobre Segurança Alimentar. Esta é uma denominação usada para a produção alimentar para a fome. Mas acontece que no vocabulário Português não existe um termo que traduza “Food safety”, que de fato era o que estava fazendo. Sem nenhuma compreensão desta nova e importante perspectiva, só fui julgada desde a perspectiva de “Food security”. Uma aprendizagem para mim, que mostrava como o dialogo entre agrônomos, economistas e eu...não iria a ser fácil.

No Congresso da ISA participei do Reseach Committe on Agriculture, e a partir dele tive a possibilidade de conhecer a Alberto Arce e Norman Long, professores de Sociologia Rural e Desenvolvimento na Wageningen University, Paises Baixos. Já tinha lido em 1993 o livro organizado por Long, Buttelfields of Knowledge, uma série de capítulos utilizando o que ele denominava a teoria desde a perspectiva do ator.

Após saberem o que estava trabalhando imediatamente me convidaram para fazer o pós-doutorado com eles. E assim foi que deixei de lado a fria Wisconsin, pelos dias nublados de Wageningen.

Entre 1994 e 1995 assumi a vice-coordenação da Pós-graduação em Sociologia Política, junto com a Profa Tamara Benakouche como coordenadora. Entre 1998-2000 fui coordenadora da Pós-graduação em Sociologia Política, dando início ao Doutorado.

A suinocultura no Oeste de Santa Catarina e a poluição por dejetos suínos

Ao voltar ao Brasil, retomei um contato com um aluno de minha disciplina Sociologia do Meio Ambiente Rural. Claudio Miranda é pesquisador da EMBRAPA Suínos e aves, localizada em Concórdia (SC). Com uma visão interdisciplinar começamos a pensar na possibilidade de estudar o problema da suinocultura no Estado.

Eu já tinha lido *A vida em laboratório*, de Bruno Latour, e considerei que seria uma excelente oportunidade para integrar os humanos e não humanos na pesquisa de campo.

A isto se somou a leitura do trabalho inovador de Philip Lowe, professor de geografia na University of Newcastle (Reino Unido). Os artigos da sua equipe de pesquisa sobre a poluição por dejetos animais naquele país combinavam a perspectiva do ator com a

teoria do ator –rede de Latour e Michel Callon, ambos professores da École de Mines, em Paris. Essa pesquisa foi publicada no livro Lowe P & Clark J & Seymour S & Ward N (1997) *Moralizing the Environment. Countryside Change, Farming and Pollution*. UCL Press, California.

Com este referencial teórico Miranda e eu começamos a estudar, seguindo a proposta da sociologia ambiental, que enfatiza o caráter socialmente construído dos riscos ambientais e não os reduz a questões meramente técnicas, o processo de implementação do Programa de Expansão da Suinocultura e Tratamento de seus Dejetos que, com financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visava no prazo de 5 anos, a partir de 1994, o controle da poluição ocasionado pela produção intensiva de suínos no estado de Santa Catarina, particularmente no oeste de SC. Nesta região estimava-se que entre 80 e 90% dos recursos hídricos apresentavam índices elevados de contaminação (principalmente, por causa de dejetos de suínos e, maissecundariamente, de outros animais e humanos) superiores aos recomendáveis pela legislação federal e estadual.

Examinamos como se configura a rede de atores que participam deste Programa em três arenas: propriedades rurais, políticas e pesquisa científica. Também foram avaliados os problemas referentes a efetivação do objetivo ambiental e como esta é comprometida pela dinâmica que apresenta o outro objetivo do Programa, o da modernização da suinocultura. Sugerimos que para lidar com os riscos ambientais é crucial integrar a ambivalência social e a indeterminação dos processos sociais envolvidos na implementação de tecnologias para o controle ambiental. O espaço para isto podiam ser fóruns onde se negociem e construam consensos de cooperação entre

representantes das agroindústrias, políticos, cientistas e técnicos, agricultores e populações locais, integrando o controle da poluição a uma estratégia regional de desenvolvimento sustentável.

O Pos-doutorado na Wageningen University

Entre julho de 1995 e julho de 1996 realizei meu primeiro Pós-doutorado. A possibilidade de trabalhar com o antropólogo inglês Norman Long foi excelente. Estive num ambiente ideal para a troca de ideias e para a aprendizagem. Na sua equipe de pesquisa meu contato maior foi com o Dr Alberto Arce, um amigo e colega que me apoiou e estimulou na linha que vinha desenvolvendo meu trabalho. A grande contribuição para minha formação nesse período foi o convívio com pesquisadores motivados, abertos ao dialogo e com interesse na situação do Brasil. E no seminário que ofereci recebi um questionamento chave de Long: eu estudava grupos de atores sociais, como os agricultores, mas sua percepção de risco e a implementação da tecnologia agrícola (sejam agrotóxicos ou esterqueiras) devia ser estudada na **interface entre estes atores e os que estavam na sua relação direta** (vizinhos, técnicos, extensionistas, reguladores). Nessa interface é que se constrói a percepção e devem ser entendidas as práticas sociais.

Durante o período em Wageningen escrevi o artigo

GUIVANT, J. S.. Conflitos e Negociações nas Políticas de Controle Ambiental: O Caso da Suinocultura. AMBIENTE E SOCIEDADE, CAMPINAS, v. 1, n.2, p. 101-123, 1998.

Neste artigo tentei integrar a teoria do ator rede e a perspectiva do ator para identificar a poluição agrícola como um complexo processo. Entre os problemas particulares que apresentam as diversas formas de poluição agrícola, a bibliografia sobre o assunto

enfatizava a dificuldade de seu controle por se originar em fontes difusas e não pontuais, a diferença do que acontece em relação a poluição industrial e urbana. Desde a sociologia ambiental apontam-se outros problemas que caracterizam o diagnóstico e controle da poluição ambiental. Especialmente destaquei a contribuição da **perspectiva construtivista**, a qual, partindo de uma crítica à tendência de reduzir a temática da poluição a uma questão das ciências naturais, propõe analisar as divergências e conflitos sobre a natureza, as causas e a extensão dos problemas ambientais entre os diversos atores sociais envolvidos. Tais conflitos não só atravessam as relações entre peritos e leigos, mas também dividem a própria comunidade científica, devido a que a definição de um incidente de poluição ou um padrão de qualidade ambiental depende de julgamentos sociais em combinação com evidências científicas. Sem negar a existência de uma realidade objetiva nem o poder causal independente dos fenômenos naturais, afirma-se que deve ser incorporado dentro da análise dos problemas ambientais os processos de negociação sobre o como definir e enfrentar os riscos ambientais e tecnológicos.

O referencial teórico-metodológico fundamental foi a pesquisa realizada na Inglaterra pela equipe de Lowe, já mencionado, tendo como foco as relações entre poluição, agricultura e mudança tecnológica². Para os fins da pesquisa foram incorporados dois conceitos utilizados por tal equipe: o de mundo dos atores. e o de .arena de disputas.. O primeiro conceito remete a teoria das redes sócio-técnicas, formulada em diversos trabalhos por M. Callon, B. Latour e J. Law. Desde a sociologia da ciência e tecnologia, estes autores tomam como ponto de partida da pesquisa aos atores e seus interesses, sugerindo-se que o observador deve seguir a aqueles para identificar as maneiras em que definem e associam diferentes elementos com os quais constroem e

explicam seus mundos, sejam sociais ou naturais³. Segundo Callon (1986), seguindo-se os atores se pode analisar como estes constroem seus mundos, na medida que forjam vínculos com outros, 'colonizando' seus mundos num processo do qual emergem diversas redes de relações sociais. A denominada sociologia da tradução é a metodologia para analisar o que os atores fazem, explicando os pontos de vista conflituosos envolvidos nas negociações da configuração das redes. Através da sociologia da tradução se explora como determinados atores procuram obter os direitos de expressar, representar e mobilizar outros atores, tanto do mundo social como natural. Considerei o Programa aqui estudado como constituindo uma rede, na qual recursos são mobilizados, identidades são estabelecidas e relações de poder procuram ser consolidadas.

Gostaria de destacar a conclusão do artigo: Observei que no processo de implementação do Programa estudado se consolidava **uma visão produtivista da suinocultura e uma visão tecnocrática da poluição**, correspondentes à perspectiva dos atores que controlam e mais se beneficiam com tal Programa: as agroindústrias e cooperativas e seus representantes de classe. Estes são os atores que, através da rede que se estabeleceu para realizar o Programa, obtêm os direitos de mobilizar, representar e expressar o que é poluição, como esta deve ser controlada, e com que tipo de distribuição de responsabilidades, de uma forma distante da que foi apontada na formulação do Programa. As agroindústrias conseguiam recursos para modernização da suinocultura e simultaneamente construindo uma imagem, não contestada, sobre seu envolvimento com o controle da poluição ambiental.

Continuei durante alguns anos mais trabalhando em parceria com o Dr Claudio Miranda. Outros resultados da pesquisa em conjunto:

GUIVANT, J. S.; Claudio Miranda. As duas caras de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, v. 16, n.3, p. 85-128, 1999.

GUIVANT, J. S.. Suinocultura e Poluição no Oeste de Santa Catarina: Os Desafios de Implementar Uma Política Ambiental. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, CAMPINA GRANDE, v. 16, 1998.

GUIVANT, J. S.. Suinocultura e Poluição: Os Desafios de Implementar Uma Política de Controle Ambiental. CADERNOS DE PESQUISA, v. 12, p. 1-28, 1997.

GUIVANT, J. S.; Claudio Miranda (Org.) Desafios para o desenvolvimento sustentável da suinocultura. Chapecó: Argos, Embrapa, 2004. 322p .

GUIVANT, J. S.; Claudio Miranda. Suinocultura e poluição: a construção social de um problema ambiental e de suas soluções. In: Julia Silvia Guivant; Claudio da Rocha Miranda. (Org.). Desafios para o desenvolvimento sustentável da suinocultura. Chapecó: Argos/EMBRAPA, 2004, v. , p. 73-131.

Como um dos resultados importantes do período foi minha inserção num convenio internacional coordenado pelo Dr Norman Long, dentro do **Programa Alfa da União Europeia** e em colaboração com países de América Latina. Este convenio durou de 1996 até o ano 2000, possibilitando troca de alunos entre as universidades membro e realização de eventos em conjunto. O convenio foi denominado rede NERUDA.

A sociologia ambiental

Desde minha tese de doutorado me identifiquei com a Sociologia Ambiental. Essa era e é minha área. Trabalhei os problemas da teoria social marginalizando a questão ambiental. E passei para o entusiasmo quando vi que tanto Beck quanto Giddens a traziam para o centro da interpretação dos conflitos, dilemas e desafios da sociedade

contemporânea. Mas claro que eles também apresentavam algumas limitações, que aponte em alguns artigos.

A seguir as publicações mais gerais sobre o tema. Destaco aqui o convite do Dr Jules Pretty, da Essex University (Reino Unido), de participar do grande projeto de organizar um Handbook sobre environment and society, dentro da coleção da editora Sage. Este foi um trabalho de alguns anos com ele e outros colegas. O resultado foi muito reconfortante, e uma importante contribuição para a área, que não para de crescer.

GUIVANT, J. S.. Trajetórias das Análises de Risco: da Periferia Ao Centro da Teoria Social. BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (Cessou em 1995) Cont. como: 1516-8085 BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliografica, Rio de Janeiro, v. 46, n.2, p. 3-38, 1998.

GUIVANT, J. S.. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Bech: entre o diagnóstico e a profecia. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 16, p. 95-112, 2001.

GUIVANT, J. S.. Revista de Sociologia Política-Dossie Sociologia Ambiental. 07. ed. Florianopolis: Cidade Futura, 2005. v. 4. 213p .

PRETTY, J. (Org.) ; BENTON, T. (Org.) ; GUIVANT, J. S. (org); LEE, D. (Org.) ; ORR, D. (Org.) ; WARD, H. (Org.) . The Sage Handbook of Environment and Society. Londres: Sage, 2007. v. 1. 626p .

PRETTY, J.; A. Ball; BENTON, T. ; GUIVANT, J. S. ; LEE, D. ; ORR, D. . Introduction to Environment and Society. In: Jules Pretty; A. Ball; T. Benton; J. S. Guivant; D. Le'; D. Orr. H. Ward. (Org.). The Sage Handbook of Environment and Society. Londres: Sage, 2007, v. , p. 1-32.

Nodari Eunice; GUIVANT, J. S. . Dossie "A interdisciplinaridade nos estudos de Sociedade e Meio Ambiente". INTERthesis (Florianópolis), v. 7, p. 1-144, 2010.

CONSOLIDAÇÃO DA ANÁLISE DE RISCO E O QUESTIONAMENTO A ESSENCIALISMOS (CONHECIMENTO LOCAL, PARTICIPAÇÃO PÚBLICA)

Após voltar do Pós-doutorado passei a me dedicar a orientar mais alunos tanto dentro do Programa de Sociologia Política quanto do Programa de doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas. Obviamente que minhas atividades docentes foram retomadas, em especial a disciplina Sociologia do Meio Ambiente Rural, que durante uns anos foi obrigatória dentro do Mestrado em Agroecossistemas. Este curso me possibilitou um contato rico com agrônomos passando por questionamentos sobre o que fazer frente aos problemas que estavam identificando no modelo dominante de agricultura.

Com novos orientandos e novos planos, vi que era tempo de ter meu núcleo de pesquisa. Assim em 2002 nasceu o **NISRA (Núcleo Interdisciplinar em Sustentabilidade e Redes Agro-alimentares)**. O foco proposto foi nos múltiplos e complexos vínculos sociais entre riscos (ambientais, alimentares, tecnológicos), suas percepções, os desafios de sua governança e as estratégias de sustentabilidade. Estas temáticas visavam ser executadas através de ensino, pesquisa, extensão, assessoria e análise, de forma interdisciplinar, na procura de constituir um pólo de reflexão e consulta, aglutinando e difundindo experiências, propostas, pesquisas, trabalhos diversos e publicações.

As atividades de pesquisa

Comecei também um **novo projeto de pesquisa com bolsa do CNPq**. Entre 1997 e 1999 pesquisei o programa de Micro-bacias em Santa Catarina. O título foi “A

Construção Social Do Meio Ambiente Rural Numa Experiência De Desenvolvimento Sustentável: O Caso Do Programa De Microbacias Em Santa Catarina”. Em extenso trabalho de campo visitando as microbacias e entrevistando agricultores, pude observar as contradições do programa (demanda de sustentabilidade de parte de um dos órgãos financiadores, o Banco Mundial, e a pouca formação de técnicos e a falta de receptividade dos responsáveis para atender essa demanda). A entrevista com a representante do Banco Mundial permitiu entender como os agentes que estão face a face com os atores locais podem ter papéis marcantes na direção do projeto. No caso estudado, a representante do BM tinha total envolvimento com a questão ambiental. E foi ela que puxou os atores locais a enfrentar questões maiores que a erosão dos solos. Esta já era parte de políticas conservacionistas nos Estados Unidos sem necessariamente atender a outros aspectos sociais, econômicos e produtivos da agricultura sustentável.

Após finalizada esta pesquisa, foi aprovada outra com o título: DA HIDRO-TÉCNICA A HIDRO-POLÍTICA: NOVOS RUMOS PARA A REGULAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL NO MEIO RURAL (período 1999-2001). Como já vinha trabalhando problemas de poluição de recursos hídricos por agrotóxicos e por dejetos suínos, a nova regulação de recursos hídricos passou a ser um tema interessante de análise. A lei N. 9.433/ 1997 instituiu no Brasil a Política Nacional de Recursos Hídricos, criando o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. No texto desta lei incluem-se inovações significativas. A água deixa de ser considerada exclusivamente uma questão técnica, externa à sociedade, um recurso infinito e de exclusiva competência de peritos. A legislação propõe uma política participativa e um processo decisório aberto aos diferentes atores sociais vinculados ao uso da água,

dentro de um context mais abrangente de revisão das atribuições do Estado, do papel dos usuários e do próprio uso da água. Analisai a legislação principalmente sob os aspectos relacionados com a proposta de uma gestão participativa e um processo decisório menos concentrado nos sistemas peritos, aspectos intimamente ligados, para considerar se está configurando-se uma Hidro-política. Nossa abordagem procurou levantar tópicos possíveis de uma agenda de pesquisa interdisciplinar a partir da contribuição da sociologia ambiental sobre as implicações da legislação frente aos problemas de poluição que afetam os recursos hídricos. A extrema complexidade dos problemas sociais, políticos, econômicos, culturais, técnicos e naturais que suscita a nova legislação sobre os recursos hídricos, será aqui analisada em relação a seu significado para a região metropolitana de São Paulo. A ênfase será dada à dinâmica institucional do processo e, para tanto, desenvolve-se uma análise dos alcances e limites das práticas sociais, a inter setorialidade e a participação comunitária.

Um dos resultados desta pesquisa foi a de iniciar uma longa parceria e amizade com o dr Pedro R. Jacobi (USP), ao escrever juntos um artigo.

GUIVANT, J.S. e PEDRO JACOBI, DA HIDRO-TÉCNICA À HIDRO-POLÍTICA : NOVOS RUMOS PARA A REGULAÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS NO BRASIL, Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2003
--

As publicações

Na volta do Pos-doutorado identifiquei uma intensa atividade produtiva, muito motivada pela aprendizagem. Destaco:

Livro organizado

GUIVANT, J. S.; SCHERER-WARREN, I. (Org.) ; VIOLA, E. (Org.) ; VIEIRA, P. (Org.) ; KRISKHE, P. (Org.) . Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. 1. ed. Florianópolis/São Paulo: EDUFSC/Cortez, 2001. 217p

GUIVANT, J. S.; S.L. Boeira (Org.) ; SCHERER-WARREN, I. (Org.) ; SILVA, A. M. (Org.) ; ASSMANN, S. J. (Org.) ; C.L. Soares (Org.) ; SCHEIBE, L. F. (Org.) . Estudos interdisciplinares em ciências humanas. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. 387p .

GUIVANT, J. S.; SCHEIBE, L. F. (Org.) ; ASSMAN, S. (Org.) . Desenvolvimento e Conflitos no Ambiente Rural. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1. 295p .

Capítulos de livros

GUIVANT, J. S.. Agricultura Sustentável Desde A Perspectiva das Ciências Sociais. In: Paulo Freire Vieira. (Org.). MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA. 2ed.SÃO PAULO: CORTEZ, 1995, v. 1, p. 99-133.

GUIVANT, J. S.. Reflexividade na sociologia de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: Selene Herculano. (Org.). Qualidade de vida e riscos ambientais. Niteroi: UFF, 2000, p. 281-303.

GUIVANT, J. S.. Global food risks: environmental and health concerns in Brazil. In: Daniel J. Hogan; Maurício T. Tolmasquim. (Org.). Human Dimensions of Global Environmental Change. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2001, 249-277.

GUIVANT, J. S.; S.L. Boeira . Industria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: riscos e redes. In: Ana Marcia Silva; Ariane Kuhnen; Carmen Lucia Soares; Ilse S.-Warren; João da S. Medeiros; Julia S. Guivant; L. Amaral Lhullier; Luiz F. Scheibe; et al. (Org.). Estudos interdisciplinares em ciências humanas. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, v. , p. 213-266.

GUIVANT, J. S.; S.L. Boeira . Indústria de tabaco, a cultura do fumo e redes alternativas. Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), Brasília, v. 20, n.1, 2003.

GUIVANT, J. S.; FERT NETO, J. . Conflitos ambientais na piscicultura: definindo quem representa o meio ambiente e a sustentabilidade. In: Henri Ascelard. (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, v. , p. 73-94.

GUIVANT, J. S.; ASSMAN, S. ; SCHEIBE, L. F. . Apresentação. In: Guivant, J.; Scheibe, L.F.; Assman, S.. (Org.). Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural. Florianópolis: Insular, 2005, v. , p. 11-16.

GUIVANT, J. S.; MIOR, L. C. . Redes socio-técnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural. In: Guivant, J.; Scheibe, L.F e S. Assman. (Org.). Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural. Florianópolis: Insular, 2005, v. , p. 17-51.

GUIVANT, J. S.; CASTELLS, A. N. G. . A criatividade social na ocupação provisória do espaço no MST. In: Guivant, J.; L.F. Scheibe; S. Assman. (Org.). Desenvolvimento e Conflitos no ambiente rural. Florianópolis: Insular, 2005, v. , p. 229-257.

Alves, Adilson ; GUIVANT, J. S. . O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre desenvolvimento rural?.. In: Marcos Aurélio Saquet, Roseli Alves dos Santos. (Org.). Geografia agrária, território e desenvolvimento.. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. , p. 89-106.

Alves, Adilson ; GUIVANT, J. S. . Redes e Interconexões: desafios para a construção da agricultura sustentável. INTERthesis (Florianópolis), v. 7, p. 1-27, 2010.

GUIVANT, J. S.. Sociologia do meio ambiente rural: hibridismo da sociologia ambiental com a sociologia rural. In: Carlos B, Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins. (Org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil- Sociologia. São Paulo: Anpocs/Editora Barcarolla/Discursos Editoriais/ICH, 2010, v. , p. 375-403.

LIMA, S. A. ; GUIVANT, J. S. . E-waste ? a consequência do consumo global de produtos de tecnologias da informação e comunicação. In: Rial, Carmen. (Org.). O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos. 1ed. Brasília: Aba, 2016, v. , p. 1-431.

Artigos

GUIVANT, J. S.. Os métodos participativos: do populismo ao pós-populismo.. In: Claudette M. Hann; Cleide de Oliveira et al.. (Org.). Recuperação Florestal: um olhar social. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2008, v. , p. 79-89.

GUIVANT, J. S.. Pesticide use, risk perception and hybrid local knowledge: a case study from southern Brazil. International Journal of Sociology of Agriculture and Food, USA, v. 11, n.1, p. 41-51, 2003.

GUIVANT, J. S.. Riscos Alimentares: Novos Desafios Para a Sociologia Ambiental e a Teoria Social.. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), Curitiba, v. 5, p. 89-99, 2002.

GUIVANT, J. S.. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 19, p. 72-88, 2002.

GUIVANT, J.S. e PEDRO JACOBI, DA HIDRO-TÉCNICA À HIDRO-POLÍTICA : NOVOS RUMOS PARA A REGULAÇÃO E GESTÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS NO BRASIL, Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2003

GUIVANT, J. S.. Global food risks: environmental and health concerns in Brazil. In: Daniel J. Hogan; Maurício T. Tolmasquim. (Org.). Human Dimensions of Global Environmental Change. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2001, v. , p. 249-277.

GUIVANT, J. S.. Heterogeneidade de Conhecimentos No Desenvolvimento Rural Sustentável. CADERNOS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, BRASILIA, v. 14, n.3, p. 412-447, 1997.

GUIVANT, J. S.. O Brasil Como Sociedade de Risco: O Caso dos Agrotóxicos Nos Alimentos. CADERNOS DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA, FLORIANÓPOLIS, p. 1-26, 1995.

Particpei por primeira vez da organização de um livro com meus colegas de Pós-graduação e nele publiquei um artigo sobre as diversas interpretações de sustentabilidade. Este livro teve duas edições esgotadas.

A profa Selene Herculano, da UFF, organizou uma reunião na qual fui convidada com membros do **Research Committee 24 (Environment and Society) da International Sociological Association**. De fato, já tinha passado a me envolver com este grupo, com o qual senti mais identificação. Este evento contou com nomes de destaque na área de sociologia ambiental, como Arthur Mol (Wageningen University) e Frederic Buttel (Wisconsin University). Após uns anos finalmente saiu publicado o livro “Qualidade de vida e rsicos ambientais”. Meu capítulo foi uma elaboração mais acurada do dialogo que tinha estabelecido em outros textos com a obra de Beck. Considerei que o complexo panorama sobre os riscos decorrentes dos agrotóxicos

leva a um questionamento sobre a própria definição do que é considerado "risco", sendo, portanto, difícil encontrar respostas que acalmem as dúvidas ou que orientem os leigos no debate. Nesse artigo, considera-se que para entender as diferentes posições que atravessam a questão dos riscos decorrentes dos agrotóxicos é fundamental transcender a temática, situando-a num quadro mais global: o referente ao que os sociólogos Beck (1992, 1994, 1995 a, 1995 b, 1997 e 1998) e Giddens (1990, 1991, 1994 e 1998), denominam "sociedade de risco". Estes autores consideram os riscos ambientais e tecnológicos como centrais para entender a sociedade da alta modernidade. Esta sociedade, diferente da sociedade industrial, própria da modernidade, enfrenta os problemas técnico-econômicos não como meros efeitos colaterais do progresso, mas como centrais a este e que ameaçam toda forma de vida no planeta. Sempre a humanidade conviveu com riscos, mas a especificidade dos atuais deriva do que Giddens chama "incerteza manufaturada", apontando que não é que agora tenhamos uma vida de mais riscos que antes, mas que estes são diferentes no que diz respeito as suas fontes e a sua abrangência. Nas últimas 4 ou 5 décadas, as incertezas criadas pelo próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia não podem ser enfrentadas com o preceito do Iluminismo: mais conhecimento, mais controle. Os riscos aparecem com um caráter irredutível, sem garantias, sem certezas, com efeitos globais, invisíveis e, às vezes, irreversíveis. Mas esta avaliação não leva estes sociólogos a posições apocalípticas ou anti-rationais. Terminei argumentando que "Novos caminhos para a ação política abrem-se, sem desprezar a possibilidade de reorientar a racionalidade científica e tecnológica sob novos parâmetros. A partir desta contextualização teórica sobre o caráter central das sociedades atuais como sociedades de risco, duas temáticas são discutidas neste artigo: a inevitável falta de conclusões precisas sobre os riscos que estamos correndo com os agrotóxicos e a

indiferença generalizada entre os consumidores no Brasil sobre os resíduos dos agrotóxicos nos alimentos. Esta última questão será focalizada de uma forma preliminar, por tratar-se de um tema ainda pouco ou quase nada pesquisado empiricamente. “

Já com internet, acesso mais fácil a periódicos internacionais e com a possibilidade de comprar na Amazon, o mundo se abria e as fronteiras que tanto limitavam o conhecimento atualizado tinham se levantado. Assim, pude citar nesse artigo todas as obras recentes na época de Beck e de Giddens. E assim, combinei as duas perspectivas para colocar aos agricultores nem como vítimas do sistema nem como totalmente responsáveis. Eles foram considerados como atores sociais com competência e cognoscitividade, que têm um papel construtivo em relação às decisões sobre como adotar e implementar os insumos agrícolas, decodificando as informações e construindo e legitimizando suas práticas, como parte de uma rede de significados e relações sociais, que não exclui tensões, conflitos e negociações entre os leigos, os produtores- e os peritos, a pesar de seu papel central na difusão dos insumos.

Com este acesso a material bibliográfico atualizado, escrevi um dos artigos que tem sido mais citados, **A trajetória das análises de risco**, em 1998 (que mencionei mais acima, ao me referir à sociologia ambiental). Neste artigo tentei mostrar a contribuição de teóricos sociais como Beck e Giddens para o fortalecimento da sociologia ambiental, trazendo para o centro da teoria social os problemas ambientais. Mas também mostrei como esses dois teóricos esqueciam uma vasta gama de publicações nas análises de risco, como por exemplo a extraordinária contribuição da antropóloga inglesa Mary Douglas. Também iniciei certo questionamento a Beck,

mostrando que a sociedade de risco não supera linealmente a sociedade de desigualdades sociais. No caso do Brasil temos um dos piores cenários, com as duas sociedades coexistindo. Assim critiquei certo evolucionismo lineal que parecia estar presente em Beck.

Em 2000 foi realizado no Rio de Janeiro o Congresso Mundial da Associação de Sociologia Rural. Entre as atividades nas quais participei, está a da mesa redonda organizada pela Research Committee 24 (Environment and Society) da ISA. Nessa oportunidade apresentei um artigo em que aprofundei outro questionamento a Beck: o referente a o que me parecia uma veia utópica na sua proposta de participação pública como forma de conseguir uma democratização da ciência. Quem era o público que deveria participar? Quem o representava? Este artigo saiu publicado em 2001 com o título “A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia.”

Outro trabalho que gostaria de destacar em decorrência do pós-doutorado é GUIVANT, J. S.. Heterogeneidade de Conhecimentos No Desenvolvimento Rural Sustentável, de 1997. Foi um passo importante no questionamento de idealizações, reducionismos e dicotomias na sociologia rural. A marginalização e a erosão dos conhecimentos dos agricultores familiares, especialmente dos países menos desenvolvidos, têm sido identificadas entre as várias conseqüências negativas ocasionadas pela difusão internacional no período de pós-guerra, das práticas e técnicas agrícolas modernas. Tal desconsideração dos conhecimentos locais tem atravessado todas as fases do desenvolvimento rural. Nos centros de pesquisa onde foi

formulado o pacote tecnológico agrícola da Revolução Verde, as prioridades foram definidas sob a influência de interesses das corporações e do setor agro-industrial, privilegiando métodos cujos critérios de validade e utilidade restringiram-se a situações de laboratório. Por sua vez, a extensão rural passou a ter como papel central o de educar as populações rurais de forma a possibilitar a transformação dos conhecimentos tradicionais, caracterizados como ineficientes e irracionais e, conseqüentemente, como obstáculos para a adoção de tal pacote tecnológico.

Como reação à abordagem linear e vertical que caracterizou tal difusão, nas últimas décadas tem proliferado e ganhado crescente consenso, no meio das ciências sociais e agrárias, assim como de diversas entidades ligadas ao desenvolvimento rural (ONGs, agências de financiamento internacional e órgãos governamentais), uma retórica que combina o apelo à sustentabilidade com a necessidade de recuperar tais *conhecimentos locais*. Trata-se de repensar o papel de agricultores e profissionais agrícolas tanto na pesquisa quanto na extensão rural, especialmente no sentido de revalorizar as capacidades e prioridades dos agricultores, envolvendo-os como participantes ativos em todas as fases do desenvolvimento e colocando os conhecimentos locais como elementos chaves na formulação de alternativas produtivas sustentáveis.

Diversas críticas têm sido levantadas em relação aos limites desta abordagem participativa, especialmente apontando suas dificuldades em aceitar as relações de poder entre os próprios agricultores e entre eles e agentes de desenvolvimento, assim como em capturar as complexas dimensões envolvidas nas transformações dos conhecimentos nos processos de desenvolvimento rural. Um estimulante debate tem

sido aberto entre perspectivas que, ainda compartilhando críticas ao paradigma que orientou a transferência das tecnologias agrícolas modernas, diferenciam-se nos pressupostos sobre o conhecimento local, as relações entre este e o conhecimento científico-técnico e o papel dos agricultores enquanto atores sociais. Uma divisão entre posições que também corresponde a diferentes ênfases para abordar o problema dos processos de conhecimento no desenvolvimento rural: por um lado, uma ótica com um caráter mais marcadamente político e, por outro, uma que se posiciona de forma mais analítica e teórica. Este debate ainda está pouco difundido no Brasil, tendendo a predominar nas análises sobre sustentabilidade e agricultura familiar uma implícita aceitação da primeira destas posições.

Meu objetivo em tal artigo de 1997 foi o de introduzir criticamente algumas das abordagens mais significativas que representam ambas as orientações. Na primeira seção, caracterizei algumas das vertentes mais influentes que propõem a recuperação dos conhecimentos locais. Nestas, tende a estar subjacente uma idealização dos mesmos, definidos em contraste com uma caracterização simplista do conhecimento científico, no geral identificado com um dos paradigmas científicos, o positivista. Numa segunda seção, argumentei que tanto o conhecimento científico como o local não podem ser considerados como entidades homogêneas, o que implica a necessidade de reconsiderar o caráter de suas relações. Estas não podem ser redefinidas simplesmente a partir de uma inversão da lógica que se procura criticar. Para superar esta dicotomia introduzi uma corrente que se situa na interseção entre contribuições recentes de diferentes áreas da sociologia: a rural, a ambiental, a do desenvolvimento e a da ciência. Entretanto, apesar de terem significativos pontos em comum -e por isto permito-me identificá-los como configurando uma corrente-,

tratam-se de trabalhos que estabelecem limitados vínculos entre si. Desta maneira, outro objetivo central deste artigo foi o de sistematizar as suas confluências ao nível das estratégias teóricas e metodológicas, assim como ressaltar o seu significativo subsídio na desmistificação de pressupostos que permeiam propostas de desenvolvimento rural sustentável. Com este marco analítico esperei balizar alguns parâmetros básicos para uma agenda de pesquisas sociológicas sobre a agricultura sustentável.

Assim, nesses trabalhos publicados e na pesquisa desenvolvida consolidei o questionamento a certos pressupostos assumidos:

- dentro da sociologia rural: a idealização do conhecimento local;
- dentro da teoria social: a idealização da participação pública.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS INCERTOS: OS TRANSGÊNICOS E AS NANOTECNOLOGIAS

OS TRANSGÊNICOS

Quando emergiu com força o debate sobre os transgênicos, em 1998, organizei um evento na UFSC para entender aquele. Em 2001 participei na Conference “New natures, new cultures, new technologies”, 5-7 July 2001, Fitzwilliam College, Cambridge University, UK, apresentando um trabalho sobre esse debate. Meu foco era o de alianças heterogêneas formadas a favor e contra os transgênicos, e como a questão da incerteza estava sendo focalizada. Este trabalho foi posteriormente publicado.

GUIVANT, J. S.. Heterogeneous and unconventional coalitions around global food risks: integrating Brazil into the debates. *Journal Environmental Policy Planning*, West Sussex, v. 3, n.2, p. 231-245, 2002.

Comecei a me dedicar ao tema da controvérsia sobre os transgênicos, com dois projetos sucessivos aprovados com bolsa do CNPq. Estes foram:

De 2001 a 2003: Riscos alimentares incertos na Sociedade Global de riscos
De 2003 a 2007 Seguridade Alimentar No Brasil: Uma Análise Desde A Teoria Da Sociedade Global De Riscos

Os objetivos de ambas pesquisas podem ser resumidos a seguir:

Objetivos Gerais: 1) contribuir no redimensionamento da teoria da sociedade global de risco à luz da forma em que se desenvolve o debate sobre os riscos alimentares no Brasil; 2) analisar a especificidade das negociações e conflitos sobre riscos alimentares incertos, como transgênicos; 3) comparar a gestão pública de diverso tipo de riscos alimentares.

Específicos:1) analisar a trajetória das alianças heterogêneas (envolvendo leigos e peritos) em torno dos riscos dos transgênicos no Brasil, com especial foco no papel do IDEC na consolidação dos direitos dos consumidores. 2) estudar como nos debates sobre tais riscos relacionam-se argumentos e reivindicações políticos convencionais com a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida/saúde da população.

O período que se inicia em setembro de 1998 caracteriza-se pela emergência do debate no espaço público, com a constituição de diverso tipo de alianças, a favor e contra os transgênicos, com grupos sociais, econômicos e políticos redefinindo sua identidade e suas estratégias. Por isto é um momento de proliferação do social (Joly 2001). O debate sobre os transgênicos no Brasil começa a ter projeção quando é contestado o parecer da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Este órgão foi criado pelo governo, dependendo do Ministério de Ciência e Tecnologia –responsável pela biossegurança no país-, para normatizar e apreciar os pedidos das empresas para testes e plantio em solo brasileiro, sendo inicialmente formado por cientistas, representantes das empresas interessadas e representantes de organizações de consumidores –estes últimos deixaram a Comissão por desentendimentos sobre seu funcionamento. O parecer era favorável ao primeiro pedido (da Monsanto) para plantio em larga escala da soja transgênica para comercialização, mas dependia de uma aprovação posterior dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente. A reação a este parecer foi fundamentalmente liderada pelo Instituto de Defesa dos Direitos do Consumidor (IDEC) e por Greenpeace (dentro de sua campanha internacional), aos quais logo foram somando-se outras ONGs e partidos políticos, como o PT, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

(SBPC), o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Programas Estaduais de Defesa dos Direitos do Consumidor (PROCON). Estes grupos sociais e órgãos públicos passaram a difundir nos meios de comunicação, em debates, em manifestos, etc. o desconhecimento sobre os riscos envolvidos, pressionando de forma bem sucedida para que se assumisse cautela antes de aprovar qualquer liberação de produtos transgênicos (<http://www.consumidora.org.br>). Mas estas ações não foram suficientes para sensibilizar aos consumidores, que permanecem mais à margem de qualquer mobilização, mantendo-se a liderança de certos setores peritos em aliança com setores de leigos organizados.

No Brasil, no referente as coalisões as caracterizei como altamente heterogêneas. Setores de produtores rurais passam a envolver-se diretamente frente a esta segmentação do mercado, como por exemplo em Rio Grande do Sul, estimulados pelo governo estadual do Partido dos Trabalhadores. Mas também havia produtores que preferem usar sementes comercializadas clandestinamente, como acontece nesse mesmo estado. Dentro da aliança heterogênea no Brasil contra os transgênicos encontramos atores sociais “convencionais”, como o PT e o MST, que incorporam o tema dos transgênicos dentro de seu discurso classista, contra a globalização, o imperialismo, as multinacionais, os Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional, etc.

As denúncias contra os transgênicos são justificadas em argumentos econômicos e

políticos: quem se beneficia e quem se prejudica? Como defender a sobrevivência dos pequenos produtores rurais e dos assentados contra a globalização e mercados de exclusão social? (Senado Federal/PT, 1999). Também os movimentos de mulheres agricultoras, seja mais próximas do MST ou da CONTAG, têm assumido nos atos públicos e documentos, o mesmo discurso contra o transgênicos, mas levantando o tema dos riscos para o meio ambiente e a saúde humana como contribuição feminina ao debate. Entre as ações destes atores “convencionais” contam-se a destruição de plantios clandestinos e manifestações frente a supermercados que vendem produtos com ingredientes transgênicos e a McDonald's, considerados representantes do “imperialismo” e do poder das multinacionais. Com estas ações, apesar de justificá-las dentro de um referencial político marxista anti-imperialista, os grupos estabelecem alianças com setores que assumem uma identificação maior com novos discursos políticos.

O grupo de atores que assumem o discurso menos convencional inclui ONGs internacionais como Greenpeace e órgãos que assumem a representação dos consumidores, como os PROCONs, o IDEC e os promotores públicos federais. As ações legais são os eixos de sua intervenção, com o objetivo de redefinir as competências e decisões da CTNbio, reivindicando a rotulagem e a aplicação do princípio de precaução. Os argumentos voltam-se mais para os riscos para a saúde e o meio ambiente e defesa dos direitos dos consumidores, uma categoria significativamente ausente do discurso do PT e do MST. Aliados diretos a este grupo encontram-se agências governamentais, como o IBAMA. Outro grupo que faz parte desta coalizão é o de cientistas que focalizam sobretudo no nível de incerteza existente em relação aos riscos dos transgênicos e que recomendam também a aplicação do

princípio de precaução. Manifestações da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência vão nesta direção. Na coalizão a favor encontramos os cientistas que defendem os critérios e decisões da CTNbio e representantes das empresas de biotecnologia, como a Monsanto. O argumento apresentado é de caráter científico convencional, identificando aos setores contrários como irracionais, desinformados, catastrofistas e contra o progresso. Os cientistas da CTNbio também assumem um argumento ambiental, ao igual que cientistas de outros países, ao levantar que o uso de OGMs reduz o uso de herbicidas significativamente e pode ser a chave para uma vida selvagem mais rica e uma produção mais eficiente de alimentos.

Portanto, os setores a favor e os contrários aos produtos transgênicos englobam tanto leigos –aqui se incluindo setores de produtores rurais setores de produtores agrícolas quanto peritos, mas sem aparentemente sensibilizar significativamente aos consumidores. Cada uma destas alianças heterogêneas articula-se com outras no plano internacional, mas sem por isto envolver necessariamente identificações sobre outros temas que os transgênicos nem as mesmas interpretações sobre os riscos. A preocupação com o meio ambiente e a saúde do consumidor pode ser mais central nos grupos contrários aos transgênicos na Europa e nos Estados Unidos que no Brasil.

Também identifiquei as fases do debate:

- 1) a proliferação do social, com a emergência de diversas redes;
- 2) a proliferação da clandestinidade, quando os transgênicos passaram a ser cultivados

sem aprovação.

3) A proliferação das medidas provisórias e a lógica do “fato consumado”. Nesta fase encontra-se uma das peculiaridades mais significativas do caso brasileiro: a aceitação do plantio ilegal de soja transgênica como fato consumado e o início de uma série de medidas provisórias (MPs) visando regularizar a situação que estava fugindo de qualquer tipo de controle;

4) Os conflitos de interesses na aprovação do Projeto de Lei sobre Biossegurança. O Projeto Nacional de Biossegurança foi aprovado na Câmara em março de 2004 e finalmente regulado em 2005. Até esse momento diversos conflitos foram identificados entre os atores envolvidos, incluindo-se aqui Senadores e Deputados. A aprovação do projeto na Câmara foi uma vitória daqueles que defendem o princípio da precaução e advogam a realização de avaliações rigorosas de riscos dos produtos transgênicos para a saúde humana e o meio ambiente previamente à sua disseminação. No Brasil se apresenta como urgente a criação de espaços diferentes de debate público sobre a gestão dos riscos incertos de inovações tecnológicas para fugir da consolidação do modelo de ciência Standard, que interpreta os conflitos valorativos na polarização ciência-ideologia (colocando-se aqui todos os ingredientes mais negativos do conhecimento). Estes espaços deveriam ser complementados com sistemas de informação não uni direcionados, mais transparentes e abertos, de maneira que a informação que os consumidores recebam ajude a fazer escolhas e tomar decisões.

Um dos desafios é a mudança da atual falta de reconhecimento dos órgãos provedores de informação para lidar com riscos sobre os quais há divergências, ignorância ou incerteza entre os peritos assim como de muitas ONGs, que perdem a oportunidade de reivindicar a construção de um consumidor-cidadão. Isto último pode ser explicado

pelo tabu de assumir o tema do consumo como eixo central da cidadania contemporânea, a pesar da ação isolada do IDEC. Consumo é identificado de forma simplista com consumismo, com problemas de classe média e alta, e portanto, ficam marginalizados da agenda política, a pesar de certas menções sobre o tema que possam aparecer em declarações e documentos.

A tendência a negar tais situações assim como a constituição social das tecnologias a nível de estratégias regulatórias oficiais e as indústrias e comerciais, em lugar de tranquilizar o público, aumentam seu ceticismo e falta de confiança nos sistemas peritos, além de estimular suspeitas sobre opacidade das técnicas e efeitos colaterais potencialmente irreversíveis e desconhecidos.

A partir de 2005 segui trabalhando no tema, e passei a identificar outra fase, 5) de fim da controvérsia.

Mas antes é importante me referir a dois eventos que organizei sobre Participação Pública nos processos decisórios sobre tecnologias emergentes, em 2004. O primeiro foi realizado em conjunto com o Dr Murilo Flores em Florianópolis e o segundo em Brasília (com o apoio do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos –CGEE). Ambos eventos tiveram convidados internacionais. O último resultou numa publicação realizada pelo CGEE:

Miranda, ., Carlos Vogt, José Geraldo Eugenio da França e Julia S. Guivant. (Org.). Ciência, tecnologia e sociedade. Novos modelos de governança. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2005p. 47-85.

GUIVANT, J. S.. A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil. In: Marcio Miranda, Carlos Vogt, José Geraldo Eugenio da França e Julia S. Guivant. (Org.). Ciência, tecnologia e sociedade. Novos modelos de governança. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), 2005p. 47-85.

GUIVANT, J. S.; FLORES, M. . Transgênicos, ciência e política. Jornal O estado de Sao Paulo, Sao Paulo, 12 nov. 2003.

No capítulo (Guivant 2005) eu propôs estudar o debate sobre OGMs, e se este tinha estimulado a implementação de diversas experiências concretas de envolvimento público na determinação de políticas públicas em relação a governança dos OGMs. Enquanto que na Europa esta participação tem passado a ser acompanhada pelo reconhecimento do princípio de precaução, nos Estados Unidos a gestão dos riscos se apoiaria na autoridade natural da ciência e na delegação das decisões a órgãos administrativos competentes e independentes. Joly (2001), num artigo no qual discute estas diferenças entre os Estados Unidos e Europa nos conflitos em torno dos transgênicos, argumenta que as mesmas não podem ser atribuídas à defesa de interesses comerciais a curto ou médio prazo, mas sim a concepções divergentes sobre a gestão da inovação e dos riscos. O caso do Brasil se aproximava significativamente do identificado nos Estados Unidos Entretanto, nos Estados Unidos contam-se já experiências interessantes de envolvimento público, o que não se observa no Brasil. Este capítulo teve como objetivo considerar, a luz de algumas destas experiências e de como se desenvolveu o debate no Brasil sobre os transgênicos, as condições existentes para uma aprendizagem social que permita pensar espaços para avaliar futuras alternativas de participação pública nos processos decisórios relacionados com

inovações científico-tecnológicas controversas.

Publiquei outros artigos nesse tema:

GUIVANT, J. S.. Uma lição da polêmica sobre os transgênicos: faltou consulta pública para melhor encaminhar o debate. Inovação-UNIEMP, São Paulo, p. 16 - 17, 01 jul. 2005.

GUIVANT, J. S.. Transgênicos e percepção pública da ciência no Brasil. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 9, n.1, 2006.

GUIVANT, J. S.. Transgênicos no Brasil: a necessidade de debater a governança de novas tecnologias. In: José Rubens Morato Leite e Paulo Roney Avila Fagúndez. (Org.). Aspectos destacados da lei de Biossegurança na Sociedade de Risco. Brasília: Conceito Editorial, 2007, v. , p. 225-262.

GUIVANT, J. S.. Governace of GMOs and the constrains for a definition of the public arena. In: Samir Dasgupta. (Org.). Understanding the global environment. New Dehli: Pierce Education, 2009, v. , p. 354-380.

GUIVANT, J. S.. El involucramiento público en los procesos de decisión sobre investigación científica, el desafío de la banalización. In: Pérez-Bustos, T. ; Lozano-Borda, M.. (Org.). Ciencia, Tecnología y Democracia: concepciones en torno a la Apropiación Social del Conocimiento.. Medellin: Colciencias, Universidad EAFIT, 2011, v. , p. 61-74.

Mazon M. ; GUIVANT, J. S. . Construir mercados, produzir sentidos: novas tecnologias e cooperativas agrícolas. Revista Pós Ciências Sociais, v. 10, p. 59, 2013.

GUIVANT, J. S.. The Brazilian case in the light of the cosmopolitan perspectiva. MS. Médecine Sciences ^{JCR}, v. 31, p. 21-25, 2015.

BOLSISTA CNPQ

Entre 2013 até 2016 tive aprovado um projeto de produtividade em pesquisa do CNPq. Este foi suspenso enquanto estive fazendo o pos-doutorado (ao que me refiro mais adiante). No ano de 2013 passei a ser Pesquisadora I D. O tema de minha pesquisa era: Transformações nas alianças, regulação e mercado para os produtos transgênicos e não transgênicos: o fechamento da controvérsia? Minha hipótese para

este projeto é de considerar o momento atual sobre os transgênicos no Brasil como sendo de pós-controvérsia. A coalizão contrária à liberação dos transgênicos tem perdido força e espaço político. Mas ainda continua atuando, frente a uma outra coalizão, favorável à rápida liberação dos transgênicos, que se fortaleceu após a aprovação da lei de biossegurança. Entretanto, o quadro que emerge atualmente não é simples, estimulando novas direções de pesquisa e colocando novas questões, que são centrais para este projeto: como se reconfiguraram as coalizões pro e contra transgênicos, quais são os temas que permeiam debates atuais entre os diversos setores envolvidos, como as dinâmicas do mercado global influenciam as transformações na produção nacional, como as demandas globais por sustentabilidade e responsabilidade social são assumidas pelos diversos setores e como os regulamentos de livre comércio moldam standards e certificações (incluindo questões de rastreabilidade, transparência e divulgação nas cadeias de abastecimento).

O GMO-ERA

Num curso sobre Metodologias participativas para o desenvolvimento sustentável, oferecido para a EMBRAPA em 2007, conheci a pesquisadora Dra Carmen Pires. Ela se interessou pela minha perspectiva e me convidou para coordenar uma experiência de consulta pública, dentro de um projeto internacional. Neste tinha sido desenvolvida uma metodologia muito interessante para o envolvimento público. Esta era a denominada metodologia Problem Formulation and Options Assessment (PFOA), articulada no contexto do projeto internacional Genetically Modified Organisms - Environmental Risk Assessment (GMO-ERA), e sintonizada com as novas tendências de envolvimento dos diversos setores de interesse (stakeholders) ligados a uma

tecnologia propõe integrar na análise de risco as perspectivas ambiental, social, econômica e ética. A equipe de implementação de uma experiência piloto do PFOA foi formada pelo grupo do GMO-ERA (ligado ao Projeto Rede de Biossegurança - BioSeg - da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa), pelo IRIS/UFSC) que eu coordeno, e pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência e Tecnologia (CGEE/MCT). O caso utilizado como modelo foi o feijão geneticamente modificado resistente ao mosaico dourado, em desenvolvimento pela Embrapa. O piloto, financiado pelo CGEE/MCT, contou com a participação de diversos stakeholders. Dentre as conclusões, recomenda-se o uso de sistemas de informação não uni direcionados, mais transparentes e abertos, baseados em uma ciência rigorosa, para subsidiar as instâncias científicas e políticas nas tomadas de decisão. Sobre esta experiência publicamos dois artigos:

GUIVANT, J. S.; CAPALBO, D. ; DUSI, A. ; Fontes, Eliana ; Pires, Carmen . Acima dos confrontos sobre os transgênicos: uma experiência piloto de consulta pública. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 26, p. 11-37, 2009

GUIVANT, J. S.; CAPALBO, D. ; DUSI, A. ; Fontes, Eliana ; SOARES, C. S. ; WANDER, A. . Uma Experiência de Consulta a Setores de Interesse no Caso do Feijão Transgênico. In: Marco Costa; Fátima Costa. (Org.). BIOSSEGURANÇA DE OGM: UMA VISÃO INTEGRADA. Rio de Janeiro: Fiocruz/CNPq/IOC/Publit soluções editoriais, 2009, v. , p. 158-189.

A Pesquisa Comparativa

Uma nova e excelente oportunidade de pesquisa veio com o convite do Dr Philip Macnagthen (Durham University, Reino Unido) em 2012. Já tinha trabalhado com ele em outras oportunidades, e ele tinha participado da conferência em 2004 no CGEE. Posteriormente, em 2008, ele foi professor visitante no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política através de uma bolsa de professor visitante que solicitei ao

CNPq. Ele passou a fazer parte do IRIS como pesquisador. A pesquisa foi financiada pela Templeton Foundation com o título: Understanding the social, cultural and religious factors that shape the acceptance, use and resistance to GM crops: a comparative approach between Brazil, India and Mexico. Esta pesquisa era assim resumida:

Although the growth of GM crops has been dramatic, its uptake has not been the smooth transition predicted by its advocates. Our strategic question is: Unless we examine why GM crops have not been universally accepted as a public good, we will fail to understand the conditions under which „GM crops can help to feed the world“. To answer this question we will undertake a programme of fieldwork within and across three „rising powers“: India, Mexico and Brazil. Our research will be transformative at three levels: (1) intellectually, we will enrich the debate at the level of culture and ontology; (2) methodologically, aided by theological and anthropological scholarship, we will attend to the meanings of GM crops and foods and how they are embedded in practice; and (3) pragmatically, we will develop deliberative methodologies to engender a broader set of options for GM policy and agenda setting. Our objective is to highlight the distinctive political, anthropological and cultural dynamics to the debate on GM crops across Brazil, India and Mexico.

Concrete outputs include: three national workshops, three national reports, three research articles, one international policy summit, one policy toolkit, four paper presentations, four academic articles, one edited volume, one dedicated project website, capacity building activities and a policy briefing. The aim of the project is: (1) to add to academic scholarship on the comparative politics of GM, the role of culture and religion, and governance; (2) to assist in the production of a more reflexive policy culture in which actors better understand the complexity of GM framings and the need for culturally-sensitive regulatory and technology assessment; and (3) to build capacity among local stakeholders and in partner institutions. Our long-term vision is to develop a model of social science that engages with and contributes to policy and scientific debates on GM technology assessment and appraisal.

No trabalho de campo se envolveram diversos membros do IRIS.

O resultado das pesquisas foi apresentado num workshop na Royal Society (Londres), em julho de 2014, frente a diversos acadêmicos com experiência no tema. Os trabalhos que eles apresentaram foram incorporados no livro final.

GUIVANT, J. S.; MACNAGHTEN, P. . An analysis of the GM crop debate in Brazil. In: Philip Macnaghten; Susana Carro-Ripalda. (Org.). Governing agricultural sustainability. 1ed.London: Routledge, 2015, v. , p. 74-104.

GUIVANT, J. S.; MACNAGHTEN, P. ; ALVES, A. ; TOMIELLO, N. . Global Lesson from Brazil. In: A New Approach to Governing GM Crops? global lessons for the EU and the UK, 2014, Londres. A new approach to governing GM crops. Global lessons from the rising powers. Durham: Durham University, 2014. p. 45-66.

Convênios Internacionais

Entre 2010 e 2013 coordenei um convenio internacional com a Universidade de Liège (Bélgica) dentro do edital Capes/WBi, com a coordenação naquela Universidade dos dr Sebastian Brunet e do Dr. Pierre Delvene, que possibilitou um rico intercambio de professores (posdoutorados, doutorados sandwiche, e missões de trabalho). O tema do convenio foi: “Os desafios da governança frente a regimes modernos de ciência e inovação tecnológica em America Latina e Europa: os casos do Brasil e da Bégica”. A proposta foi a de realizar uma análise de múltiplos níveis, incluindo três níveis inter-relacionados e suas interações. Contamos com um modelo baseado em estudos de inovação a ser aplicado gradualmente e adaptado para o estudo da ciência e tecnologia (STS) e da governança. Esse modelo diferencia três níveis nos sistemas sócio-técnicos: (1) paisagem social (macro-economia, cultura política, demografia, meio ambiente e visões de mundo natural) (2) as redes de operadores dominantes e instituições (regimes: instituições e políticas, infra-estrutura e tecnologia, combinada com um conjunto de regras, papéis e sistemas de crença) e (3) o comportamento dos atores no nível micro, tecnologias e práticas. O mapeamento e diagnóstico do projeto se concentrou nos três níveis. Realizamos estudos de caso de países (Brasil e Bélgica)

para comparar os diferentes tipos de governança nacional da ETI. Para fazer isto, analisamos em pormenor alguns sectores específicos e como eles são incorporados na paisagem da governança nos países seleccionados, especialmente transgênicos, onde as práticas institucionais parecem estabilizadas, onde a abertura de novas práticas parecem ocorrer mesmo em um plano precário ou experimental. Estivemos atentos a (x) s (tipo) de intervenção política - a capacidade internacional, nacional ou local - na política de DST, institucional e à complexidade do nível económico e social. A metodologia do nosso projeto pretendeu promover o levantamento e análise de dados qualitativos, mas também o uso de dados quantitativos, quando disponíveis e relevantes. Nos concentramos na análise de documentos oficiais e entrevistas com os principais intervenientes no sistema de ciência e inovação (da política, órgãos governamentais, sindicatos, universidades, organizações não-governamentais, setor público, privado e laboratórios e centros de pesquisa).

Um dos resultados foi a organização de um dossiê em conjunto:

GUIVANT, J. S.; CUPANI, A. ; DELVENNE, P. . Organização e Introdução ao dossiê Ciência, técnica e sociedade. *Politica & Sociedad*, v. 11, p. 11-21, 2012.

Outro convenio internacional entre 2011 e 2013 foi com o Genok (Tromso. Noruega), especialmente com a pesquisadora Fern Wickson. O tema foi :Uma perspectiva comparativa sobre os transgênicos pós-controversias.

E, fundamentalmente este projeto envolveu o trabalho realizado a partir de pesquisas de alunos de mestrado e doutorado. O Genok oferece bolsas como parte deste convenio. Uma mestranda do IRIS, matriculada em Sociologia Politica da UFSC,

realizou a partir de fevereiro de 2012, um estágio de 16 meses no Genok. O Iris recebeu uma estudante de doutorado durante o mesmo tempo, com bolsa da Noruega. A primeira pesquisa focou no papel de Greenpeace na controvérsia sobre os transgênicos.

Pos-Doutorado E Pesquisa Com Ulrich Beck

Uma vez finalizada a parte do trabalho de campo com a pesquisa Templeton, em maio de 2013, obtive licença da UFSC para realizar o meu segundo Pos-doutorado. Dividi o ano em duas partes. A primeira foi na University of Liège, onde trabalhei junto com os pesquisadores do convênio Capes/WBI. A segunda parte foi na New York University, sob a orientação da renomada Dra Marion Nestle, no dept of Nutrition and Public Health, entre outubro 2013-março 2014. Nesse segundo período obtive uma bolsa de Pos-doutorado sênior do CNPq.

Durante minha estadia em Liège foi contatada pela pesquisadora argentina Ana Maria Vara, da Universidad de San Martin. Tinha conhecido ela em Liège, já que também o grupo com o qual eu trabalhava tinha um convenio com aquela universidade. Vara me convidou para participar de uma pesquisa com Ulrich Beck. Nem podia acreditar no convite. Beck tinha estado nesse ano em Buenos Aires, e o reitor da Universidade de San Martin, encantando com ele, propôs uma integração com a pesquisa que ele estava realizando, chamada Cosmoclíma, e financiada pela União Europeia. Obviamente que aceitei imediatamente, e participei de uma reunião em Munich com Beck, Vara e outros pesquisadores, para selar nossa incorporação ao grupo.

A proposta principal de Beck era a seguinte:

Climate change, framed in social scientific terms, offers a causal and moral narrative which connects, for example, users of electric toothbrushes in the USA and couples quarrelling about habits of consumption in Europe and Japan, with representatives

disputing about a post-Kyoto agreement at global climate conferences, all the way to victims of flooding and draught events in Australia, China, India and Bangladesh. Even climate sceptics react to and thereby affirm the dominance of such a climate narrative. This coercive inclusion of the excluded 'distant other' is what I define as the social scientific fact of 'cosmopolitization' - in distinction from 'cosmopolitanism' as a philosophical norm. By taking climate change as a comprehensive case study experiment, this research project aims at reinventing the social sciences for the 'age of cosmopolitization'. The ground-breaking nature of the project is to advance the present state of debate by validating the new theoretical, methodological and empirical tools needed for such a 'cosmopolitan turn'. Since their inception in the late 19th century, the social sciences remain caught in a resilient methodological nationalism bound up with the presupposition that the national-territorial remains the primary container for the analysis of social, economic, political and cultural processes. Methodological nationalism is built into the basic concepts of modern sociology and political science, as well as into routines of data collection and analysis. Building on my previous work on methodological cosmopolitanism, this project undertakes a full-scale cosmopolitan case study of climate change, thereby rendering operative a new mode of transnational research cooperation, data generation, and theory validation. This is to be done in two work packages. Work package one: cosmopolitan climate change (three comprehensive case study components 1) greening world cities; 2) low-carbon innovation networks; 3) mediating global risks); work package two: cosmopolitan theory development: turning the case study components into a distinctive process of (re-)structuring methodological cosmopolitanism. Working iteratively between theoretical reflection and empirical investigation, this approach promises to generate new knowledge on a pressing real-world problem (i.e. climate change), while at the same time elaborating and testing a model renewing the social sciences for the 'age of cosmopolitization'.

A questão para mim era como me incorporar. Eu não estava trabalhando mudança climática. Nesse momento meu foco era escrever o capítulo do livro que sairia sobre a pesquisa Templeton, e o prazo era novembro 2013. Li e reli o projeto de Beck, e depois vi um caminho que ele achou excelente como caso empírico para sua proposta: a certificação de soja transgênica e não transgênica que visa demonstrar a redução na emissão de créditos de carbono na sua produção. Esta certificação navega no mercado global. E era um desafio tentar entender como ela se constrói. Portanto a seguir apresento essa proposta, na qual ainda estou trabalhando:

Addressing to the main question of the case study component: “What are the key indicators for the emergence of cosmopolitan regimes of green innovation?”, I focus in the networks developed around the growing number of certifications on sustainability and, in the last years, on low-carbon emissions addressing the global

risk of climate change. This recognition of risk became crucial for a transitional turn in the economic sector in the direction of low-carbon innovations. As Tyfield (2013, 3) mentioned, we are facing “new socio-technological assemblages and the parallel transformation in political coalitions, governmental institutions, subjectivities and (discourses of) moral economy”.

In the cosmopolitan order there is a proliferation of third party certification (TPC), private or public, on sustainability and low carbon that permeates almost all of the supply chains. TPCs are responsible for “accessing, evaluating, and certifying safety and quality claims based on a particular set of standards and compliance methods. Certification provides assurances about a product to stakeholders by providing information about the commodity and its production processes” (Busch 2005). Private certification bodies emerged as independent from producers and from governments. According to Bush, they do not have neither the flexibility nor the responsiveness demanded by actors in the supply chains.

Can we affirm that this turn is part of new cosmopolitan communities based on cognitive-affective bonds (Beck et al 2013)? May be not. These are pragmatic networks, interdependent, with a share discourse and strategy of low-carbon innovation, not free of criticism. They constitute another type/category of cosmopolitan communities of climate risk that can offer a peculiar contribution to understanding the “‘compulsive force’ of cosmopolitization exacted by climate risks” (Beck et al, 2013, 3). Considering this aspect, we prefer to refer to cosmopolitan networks, formed by different social, political, economic and scientific actors.

The cosmopolitan theory can be built addressing new questions than the ones presented by the bibliography on green economies and societies, mostly dominated by economic analysis that tend to be apologetic. Also social sciences tend to assume a normative position (mainly negative) in relation to the greening of business, very superficial, without a deep understanding of the interrelations between their strategies and the transformation of public perception on environmental risks.

Central research questions are:

- 1) Which are the cosmopolitan networks related with labeling low-carbon initiatives on food supply chains that link Brazil, the EU and Asia?
- 2) How to characterize the manufacture certainties that are at the center of the labeling process? How are they reached? Which actors and through which methodologies the certification bodies reach these certainties, that are the tools to legitimate labels?
- 3) How can be identified the local and national specificities in the adoption, implementation, monitoring and enforcement in relation to the formal criteria for certification?
- 4) What are the roles of the different social, economic, political and scientific actors in the negotiations and conflicts in the networks about the definition of standards? How are the relations of definition of standards? How are identified, accepted, legitimized new technologies of innovations of low-carbon?
- 5) Which are the influences of these cosmopolitan networks in the transition to a

low-carbon society?

Apresentei os resultados iniciais desta pesquisa em um evento organizado na University of Seoul, em julho de 2014.

Certifications of supply chains as low-carbon innovation cosmopolitan networks. In: The Seoul Conference on Climate Change and Risk Society, 2014, Seoul. The Seoul Conference on Climate Change and Risk Society. Seoul: University of Seoul, 2014. v. 1. p. 1-249.

Em Dezembro de 2014 tivemos outra reunião da equipe em Paris. Beck me ofereceu uma bolsa para ficar dois meses em Munich trabalhando com ele, e fazendo pesquisa de campo com diversos atores europeus envolvidos na certificação. O site da pesquisa geral: <http://cosmostudies.com/research-team/>

Dia 2 de janeiro, ao abrir minha caixa de e-mails tive um grande choque. Ulrich Beck tinha falecido de um fulminante ataque cardíaco enquanto caminhava com sua esposa pelos English Gardens de Munich. Um drama. Beck tinha sido a minha referência central durante anos de trabalho acadêmico. E eu estava vivendo o sonho de acompanhar o processo produtivo dele, receber seus comentários, e desenvolver minhas ideias sob seu estímulo. Tinha descoberto um ser humano modesto, com capacidade de escutar com respeito as diversas perguntas que recebia, cheio de energia e planos, com vontade de dar um corpo empírico ao borbulhar de suas ideias. Uma perda enorme para o mundo acadêmico e para mim...Soube depois que a bolsa não poderia se concretar, porque o dinheiro da pesquisa, que estava sendo administrado pela Ludwig Maximilian University of Munich, deveria ser devolvido à União Europeia.

Em dezembro de 2015 a equipe teve uma última reunião na cidade de Munique. Uma vez esteve presente sua esposa, ainda muito abatida. A equipe fez planos de seguir, de manter contato, mas isto não aconteceu. Entretanto eu continuo com meu projeto, já tendo realizado entrevistas de campo em Cuiabá, com grandes produtores de soja transgênica.

Como parte de minha homenagem póstuma a Ulrich Beck publiquei um artigo recentemente sobre suas últimas principais ideias.

GUIVANT, J. S. O legado de Ulrich Beck. *Ambiente e Sociedade (Campinas)*, v. 19, p. 229-240, 2016.

AS NANOTECNOLOGIAS

A fim do ano de 2004, quando teve lugar o evento que mencionei anteriormente no CGEE, em Brasília, o dr Philip Macnagthen (naquele momento na Lancaster University, Reino Unido), me estimulou a estudar também as controvérsias em relação as nanotecnologias. Em fevereiro de 2005 fui convidada para participar de uma reunião na Universidade Estadual do Arizona (CNS-ASU), em Tempe, sob a coordenação do Dr David Guston. Era o início de uma rede de estudos sobre nanotecnologia e sociedade, financiada pela National Science Foundation dos Estados Unidos, e o lançamento do Centro de Nanotecnologia na Sociedade daquela Universidade.

Justo em 2005 foi aberto um edital do CNPq para o estudo interdisciplinar das nanotecnologias. Meu projeto “A governança da nanotecnologia: como lidar com os desafios sociais, éticos, econômicos e ambientais através do debate público”. Só 4 propostas foram aprovadas para o período 2005-2007.

Por que as nanotecnologias? Elas podem afetar cada aspecto de nossas vidas – desde os remédios que tomamos, os computadores que utilizamos, a energia que nos abastece, a comida, os carros, os prédios, as roupas, etc. E ainda seus efeitos positivos e negativos encontram-se em áreas de incerteza. Entre os possíveis efeitos positivos para o meio ambiente contam-se, por exemplo, as resinas magnéticas, que têm capacidade de remover metais de um meio aquoso, permitindo sua aplicação no tratamento de efluentes. As nanopartículas são capazes de remover contaminantes onde não há eficácia de outros processos químicos. Sobre os efeitos negativos (sobre os consumidores, trabalhadores do setor e o meio ambiente) a avaliação dos riscos ainda está num estado muito incipiente. Outro problema importante é a falta de regulamentações para o uso comercial das nanotecnologias ou de um corpo de leis para supervisionar essa nova tecnologia. Dois importantes aspectos e foco deste projeto de pesquisa para a construção de uma “ciência mais sofisticada e efetiva”, desde nosso ponto de vista, são os referentes a: 1) a necessidade de considerar a importância e em que momentos da participação pública (envolvendo diversos matizes) e 2) a contribuição de um diálogo interdisciplinar para entender e debater as implicações sociais, políticas, econômicas, éticas, das nanotecnologias. Estes dois pontos colocam um desafio inevitável para o desenvolvimento científico-tecnológico das nanotecnologias no Brasil. E estes aspectos têm sido colocados com significativo

destaque e centralidade em recentes documentos elaborados por agências de pesquisa internacionais assim como por empresas de pesquisa.

Este trabalho me possibilitou ver a diferença de regulação e percepção sobre os riscos potenciais das nanotecnologias entre o Brasil e os países da União Europeia.

Posteriormente, com a presença do Dr Macnaghten como pesquisador visitante na UFSC, pude aprofundar essa diferença com diversas experiências de grupos focais.

Artigos

GUIVANT, J. S.; MACNAGHTEN, P. . O mito do consenso: uma perspectiva comparativa sobre governança tecnológica. *Ambiente e Sociedade* (Campinas), v. V, p. 89-104, 2011.

MACNAGHTEN, P. ; GUIVANT, J. S. . Converging citizens? Nanotechnology and the political imaginary of public engagement in Brazil and the United Kingdom. *Public Understanding of Science* (Print), v. 20, p. 5-27, 2010.

Capítulos de livros

GUIVANT, J. S.. Sociologia e nanotecnologias. In: Maria Stela Porto Grossi e Tom Dwyer. (Org.). 'Sociedade em Transformação: pesquisa social no século XXI. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008

GUIVANT, J. S.; MACNAGHTEN, P. . Breaking the consensus: a perspective on technological governance from Brazil. In: Zülsdorf, Torben; Christopher Coenen; Arianna Ferrar;, Colin Milburn; and Matthias Wienroth. (Org.). *Quantum Engagements: Social Reflections of Nanoscience and Emerging Technologies*. Heilderberg: Akademische Verlagsgessellchaft AKA GmbH, 2011, v. , p. 109-121.

AMORIN, T. ; GUIVANT, J. S. . As controvérsias sobre os riscos dos nanotubos de carbono. In: Maria Teresa Miceli Kerbauy, Thales Haddad Novaes de Andrade e Carlos Roberto Massao Hayashi. (Org.). *Ciência, Tecnologia e Sociedade no Brasil*. 1ed.São Paulo: Alinea, 2012, v. , p. 1-288.

Em jornais/revistas

GUIVANT, J. S.; NUNES, D. ; CASSIANO, A. C. . Nanotecnologias e qualidade de vida. *ComCiência* (UNICAMP), Campinas, Unicamp, 10 jun. 2010.

GUIVANT, J. S.; INVERNIZZI, N. ; FOLADORI, G. . Nanotecnologia e Sociedade. *Jornal da Ciência SBPC*, 09 abr. 2005.

OS SUPERMERCADOS E OS ALIMENTOS ORGÂNICOS

Um outro tema ao que tenho me dedicado é o estudo do papel dos supermercados no que pode ser chamado a “conversão” dos consumidores em consumidores orgânicos.

Identifico 3 momentos importantes no meu envolvimento com o tema.

1. O papel central dos supermercados e o consumidor egotrip

Entre 2006-2009 coordenei o a parte brasileira do convenio internacional do edital Capes/ Wageningen, com os professores Gert Spaargaaren, Arthur Mol e Peter Oosterveer, do Environmental Policy Group, da Wageningen University. Este projeto foi sobre Consumo saudável em mercados alimentares globalizados. Pesquisa comparativa no setor supermercadista como espaço de interação entre consumidores-produtores-distribuidores”.

Os pesquisadores do Environmental Policy Group aprimoraram a teoria da modernização ecológica e são nomes de destaque na sociologia ambiental internacional. A teoria da modernização ecológica se apresenta como o caminho ideal teoricamente para aprofundar o entendimento de tal transformação ainda em processo. A noção de modernização ecológica pode ser vista como a interpretação sociológica do processo de reforma ambiental em múltiplas escalas no mundo contemporâneo. A teoria se propõe analisar como diversas instituições e atores sociais podem integrar suas preocupações ambientais no seu cotidiano, no desenvolvimento e relacionamento com outros, incluindo aqui o mundo natural. Um dos argumentos centrais desta teoria

aponta à necessidade de transcender a divisão entre ecologia e economia, internalizando os “custos externos” em funções de mercado e da economia em geral (Mol e Spaargaren, 2006; Mol, 2000; Spaargaren, 2000). Neste sentido, atores econômicos como o setor supermercadista não são vistos só como forças que deterioram o meio ambiente, mas como instituições de mercado que podem trabalhar em favor de uma reforma ambiental.

A análise da transformação do setor supermercadista no sistema alimentar seguindo a teoria da modernização ecológica nos permitiu identificar as principais pedras angulares da estrutura para a análise das práticas que envolvem os diversos atores da rede varejista.

Consideramos, nesta pesquisa, que o mercado alimentar da saúde, para responder a demanda potencial, depende de 4 questões pendentes até hoje: o progresso científico, as alegações de saúde, a proteção das inovações e a evolução dos consumidores. O setor dos alimentos saudáveis está sendo liderado por grupos industriais poderosos dentro do sistema agroalimentar e em associação com grupos farmacêuticos. Mas o papel dos supermercados é também central e ainda pouco estudado desde a perspectiva sociológica no Brasil. Na década de 90 o setor supermercadista no contexto internacional tem passado a assumir novos papéis no abastecimento de alimentos (especialmente in natura), no controle de sua qualidade, na seleção de produtos a colocar nas prateleiras, e crescentemente com investimentos na área produtiva. Observa-se também uma estratégia de apelar aos consumidores orientados para produtos considerados saudáveis (light, diet, funcionais). O objetivo geral foi o de analisar e discutir a natureza e níveis de provisão e consumo de fluxos mais

sustentáveis de alimentos organizados via setor supermercadista, que estão operando pelo menos parcialmente- na sociedade global de redes. Também caracterizamos e comparamos as práticas e percepções dos consumidores nos diferentes países envolvidos na pesquisa (Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Tailândia, Malásia e Brasil) sobre as relações saúde-alimentação e as demandas e ofertas na área dos supermercados, tanto nos planos quantitativos como qualitativos.

Apontamos diversos fatores s como principais influencias neste processo:

- 1) relativamente grande número de companhias de processamento de alimentos são forçadas a vender seus produtos a um número limitado de redes supermercadistas globalizadas que exercem um enorme poder de compra num mercado cada vez mais concentrado.
- 2) crescente significação das marcas próprias dos supermercados, que passam a competir com as marcas de empresas alimentares consolidadas no mercado (Burch e Lawrence, 2005).
- 3) papel central do setor na construção da qualidade, dietas, saúde e meio ambiente. A relação de poder dos supermercados em relação à indústria alimentar se legitima através de uma base de lealdade dos consumidores (Marsden, 1997).
- 4) o setor apresenta-se como uma autoridade no referente aos alimentos, o que lhe permite negociar a aceitação dos consumidores de novos alimentos. Dixon (2003) vai mais longe ao analisar como os supermercados se colocam como guardiões morais da soberania dos consumidores.
- 5) os varejistas podem substanciar sua reivindicação de ser “o mais próximo” dos consumidores de alimentos em muitos aspectos importantes por apontar o fato de que eles se encontram numa base regular, quase diária com segmentos maiores de consumidores de alimentos de tendências dominantes (Seth e Randall 2001). Os varejistas “conhecem melhor” as preocupações de seus clientes já que encontrá-los em suas lojas leva à informação em primeira mão sobre o que os consumidores querem e quais suas preocupações. Essas interações regulares e freqüentes no ponto de venda também fornecem às varejistas possibilidades de experimentar com novos produtos alimentares (verdes/saudáveis) e práticas. Como uma consequência, os varejistas reclamam ter o poder de promover ou quebrar o mercado de produtos e serviços sustentáveis no setor alimentar. Eles “criam” e “controlam” não apenas

consumidores verdes, mas também – “a favor do consumidor” – os fornecedores de produtos verdes (Bevan 2005).

A organização da produção e do consumo tem se tornado uma questão global e, conseqüentemente, cadeias de supermercados que operam no mundo inteiro têm uma posição privilegiada. Para acompanhar a alta dinâmica do consumo e produção de alimentos em mercados globalizantes – com a regulação (da qualidade) dos alimentos no “espaço de fluxos” (Oosterveer 2005) – as fontes dos donos de lojas independentes, locais ou pequenas cooperativas produtores (de orgânicos) estão longe de serem suficientes. Pela concentração e internacionalização nas últimas décadas, os varejistas têm ganhado vantagem competitiva, resultando, por exemplo, que, em muitos países da Europa, as cinco maiores cadeias varejistas são responsáveis por porções consideráveis nas vendas totais de alimentos.

Também procuramos, a partir da análise da estratégia dos supermercados, delinear algumas características do perfil dos consumidores, partindo do pressuposto de que existe uma diferença significativa entre os que procuram férias especializadas, compram cestas entregues a domicilio ou entrepostos, já apresentando, portanto, uma definida demanda por alimentos orgânicos, e os consumidores destes produtos nos supermercados, com um perfil mais difuso. Argumentamos, a partir dos dados acima referenciados, que o consumo crescente de orgânicos nos supermercados é parte de uma demanda mais ampla por alimentos saudáveis que, por sua vez, faz parte de um estilo de vida que tem sido caracterizado como ego-trip, em contraste com o ecológico-trip (Guillon e Willequet, 2003).

2. Os supermercados e a eco-eficiência

Entre 2009-2012 a bolsa de PQ do CNPQ foi seguindo o tema, com o título “O controle do mercado através da eco-eficiência e do eco-consumo: uma análise a partir dos supermercados”.

Durante a pesquisa foram estudados os seguintes temas:

A) a mudança do papel dos supermercados no sistema alimentar, que tem iniciado o que alguns autores consideram ser a sua terceira fase. Entre as diversas transformações envolvidas nesse processo destacamos as estratégias do setor supermercadista na gestão e construção sustentável. A sustentabilidade tem passado a ser uma bandeira cada vez mais central nas estratégias do setor de supermercados, algo obviamente possível devido a imprecisão do conceito. Foram identificadas e classificadas as estratégias demonstrando a orientação do setor para a ecoeficiência de mercado num processo crescente nos últimos 5 anos. Para analisar esta questão foi realizada pesquisa bibliográfica e entrevistas com representantes do setor supermercadista no Brasil. Além das políticas de responsabilidade social e empresarial a que visa a sustentabilidade eficiente é fundamentalmente pró-ativa. Os supermercados passam a ser um exemplo chave nesta fase para outras empresas.

B) No processo de pesquisa identificamos como de alta relevância o papel do Global Reporting Initiative (GRI) como um caminho para analisar o cruzamento da nova fase dos supermercados no sistema alimentar com a nova fase das empresas no referente à sua responsabilidade social e ambiental. Este cruzamento nos possibilitou entender por um lado as importantes transformações das estratégias empresariais, à luz de

novas formas de certificação de suas práticas, nas quais a sociedade civil passa a ter um papel relevante. Por isto passamos a dedicar grande parte do tempo de pesquisa as ações do GRI e a entender o significado da construção social dos standards. Esta última temática é de relevância na sociologia ambiental e nos estudos sociais de ciência e de técnica. Desde os anos 90, o campo de regulamentações pelas instituições privadas cresceu acentuando a autonomia destas frente ao estado-nação.

3. O Acesso aos alimentos sustentáveis

E atualmente estou envolvida com o projeto "Acesso à alimentos sustentáveis: um estudo comparativo" convenio internacional aprovado dentro do edital Capes/Nuffic 2016-2020. A parceria na Holanda é com o novamente com o Environmental Policy Group da Wageningen University.

Este projeto analisará novas colaborações em redes de fornecimento de alimentos que buscam aumentar o acesso à alimentação sustentável, com foco em alimentos frescos não-processados (e.g. vegetais e frutas não-enlatados, carne, peixe). A partir das perspectivas da teoria das práticas e da nova teoria institucional, a pesquisa irá identificar os alicerces de redes de alimentos sustentáveis no contexto da União Europeia e Brasil. O pressuposto é o de que as redes nestas regiões têm diferentes composições em termos de ênfases sobre as características de alimentos sustentáveis (orgânico, seguro, justo, local, baixo carbono), diferem nos principais agentes de mudança (empreendedores institucionais e seus aliados), e nos locais nos quais a inovação acontece.

Procuramos desenvolver um enquadramento teórico inovador do objeto central da

pesquisa: as práticas de fazer compras de alimentos sustentáveis nos pontos de venda. A abordagem para estudar transições de sustentabilidade dentro destas práticas resulta da combinação da teoria das práticas com a teoria da transição e novas teorias institucionais.

Os cientistas sociais de muitas origens disciplinares analisam as transições em diferentes níveis de escala, desde o micro ou "nível de nicho", ao meso ou "nível de regime", e ao macro ou "nível da paisagem" (Geels & Schot, 2010). Quando aplicadas a sistemas alimentares em todo o mundo, as ligações micro-macro envolvidas nas transições para a produção e o consumo sustentável de alimentos passam a ser particularmente complexas. Essa complexidade se origina do fato de que uma enorme diversidade de sistemas alimentares locais bem estabelecidos com raízes históricas e culturais de longo prazo está cada vez mais afetada por um processo intenso de globalização da produção e consumo de alimentos. Em transições alimentares, o global encontra o local e o local se conecta ao global de formas ainda não suficientemente pesquisadas (Oosterveer, Guivant & Spaargaren, 2007). Sem dúvida que a globalização afeta tanto os circuitos de *slow food* como os de *fast food*, em formas específicas. Além disto, a atual diversidade de orientações e circunstâncias nos setores alimentares levam a muitas perguntas sobre todo o processo de mudança social no consumo, distribuição e produção de alimentos. Por exemplo, é possível se referir a tendências dominantes vs tendências alternativas? Como entender as transições desde os atores maiores e poderosos do setor alimentar, como McDonalds, Unilever, Kraft, até as políticas de merenda escolar e consumo cotidiano que apelam ao alimento sustentável?. Recentemente no Brasil, famosos chefs defensores da alimentação local, não processada, saudável, Alex Atala e Jamie Oliver, assinaram contratos especiais

com a Seara e a Sadia respectivamente. Como entender estes processos?

Na teoria das transições (Spaargaren et al, 2012: 4) tais processos são considerados como sendo de mudanças que tem lugar em específicos lugares e tempo, levadas adiante por atores específicos que podem mudar as regras de produção, distribuição e consumo alimentar, afetando as rotinas e opiniões dos mais importantes atores envolvidos: as autoridades reguladoras, os agricultores, os administradores e empregados da indústria alimentar, os varejistas, os consultores de mercado e os consumidores. Como resultado de transições podem se reconfigurar as relações de poder entre os atores da cadeia alimentar, que podem passar a usar novos argumentos e tecnologias para legitimar suas práticas. Estas transições podem se institucionalizar no decorrer de períodos, levando a uma variedade de regimes alimentares. Com uma perspectiva histórica podemos diferenciar as mudanças superficiais das mais profundas. Esta teoria permite também estudar de forma relacional três dimensões das práticas e das instituições: a cultural, a sócio-técnica e a da governança.

As primeiras versões desta teoria tinham sua base nos Estudos de Ciência e Tecnologia (por exemplo, Rip e Kemp 1998) e enfatizavam o papel central das inovações sócio-técnicas e das infraestruturas materiais. Estas se desenvolvem melhor no contexto de “nichos estratégicos”, que podem chegar a desafiar regimes dominantes e o processo de transição é colocado em movimento. Esta visão de baixo para cima da mudança social é chave nos estudos de transição, ainda que se reconheça que mudanças no cenário (como alta dos preços de energia), podem afetar os processos de transição. O problema, de acordo com Spaargaren et al (2012), é que se deixam um pouco de lado os valores, motivos e interesses dos atores, assim como sua

capacidade de agência.

A teoria das práticas (Warde 2016) pode complementar os problemas da teoria das transições ao nos permitir entender que as transformações que afetam o caráter alimentar são altamente dinâmicas, constantemente reinventadas e reconfiguradas pelos consumidores (nem sempre de forma consciente/voluntária como sugeriria a microeconomia), que usam suas habilidades estabelecidas, rotinas e redes sociais para, por vezes, resistir as influências de cima para abaixo que vem da *supermarketization*.

Na busca por transformações globais para mais e igualmente distribuídos alimentos sustentáveis, precisamos entender melhor como diferentes formas de organização da provisão de alimentos afetam a acessibilidade aos alimentos sustentável. Mais especificamente, isto é imperativo para examinar os papéis dos varejistas, poderosos atores na articulação dos lados da produção e consumo de cadeias de alimentos sustentáveis (Dewick et al, 2007; Durieu, 2003; Fox et al, 2004; Hansen & Skytte, 1998; UNEP / Wuppertal, 2007; Guivant, Spaargaren & Rial, 2010).

Esta afirmação baseia-se em dois pressupostos fundamentais:

1) reconhece-se que o setor supermercadista (envolvendo produtos, embalagens, marcas, rótulos, tecnologias, infra-estrutura) está em co-evolução e co-transformação com as práticas de comercialização de alimentos (Kjaernes, Harvey, e Warde, 2007). Seguindo a teoria da prática, definimos as práticas de compra de alimentos como formas de fazer e dizer compartilhadas, em parcerias público-privadas, performadas de formas rotineiras, que põem em jogo conjuntos específicos de regras e recursos, particularmente em um lugar de interação. O estudo dessas práticas de compra de

alimentos permitirá uma compreensão dos condutores e das barreiras culturais para uma transformação sustentável e para encontrar locais apropriados para implementar inovações.

2) identificamos que os varejistas podem atuar como agentes de mudança através da mobilização de recursos e aliados para ajudar na difusão das ideias de sustentabilidade dentro e fora das cadeias de abastecimento alimentar.

Esta perspectiva se apoia numa análise orientada para o estudo do sistema de relações de poder na provisão sustentável de alimentos, e está de acordo com as novas teorias institucionais (Scott 2001). O conceito de empreendedorismo institucional é particularmente interessante, porque enquadra como iniciadores de mudança institucional a empresários que estão impulsionando ativamente a institucionalização das transições. Nesta pesquisa, distinguimos entre dois tipos de empreendedores institucionais: programadores e alternadores (*switchers*). Os programadores co-organizam a rede, procuram novas soluções de alimentação sustentável e propõem estratégias para lidar com problemas dentro da rede (exemplos são cientistas de alimentos, agrônomos, ONGs, consultores, ou os próprios varejistas). Os alternadores são empreendedores institucionais que conectam e desconectam redes, e conectam e desconectam estas com práticas. Os alternadores também têm acesso a outras redes além das de provisão de alimentos (como a educação), assim como também se vinculam aos diferentes grupos-alvo (consumidores) e aos recursos cruciais. Deve notar-se que, em alguns casos, os programadores e os alternadores podem estar combinados em uma organização.

Livro

GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G. (Org.) ; RIAL, C. (Org.) . Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. 332p .

Capítulos de livros

Silveira, Paulo ; GUIVANT, J. S. . Os Processados Orgânicos Na Comensalidade Contemporânea. In: RIAL, C. S. (Org.) ; Silva, Sandra Rúbia da (Org.) ; SOUZA, A. M. (Org.). (Org.). Consumo e cultura material. 1ed.Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, v. , p. 1-250.

GUIVANT, J. S.. Aliments Biologiques. In: Jean-Pierre Poulain. (Org.). Dictionnaire des cultures alimentaires. 1raed.Paris: Presses universitaires de France, 2012, v. , p. 185-189.

OOSTERVEER, P. ; GUIVANT, J. S. ; SPAARGAREN, G. . Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: Guivant, J.S.; Spaargaren, G. e Rial, C.. (Org.). Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010, v. , p. 13-58.

SPAARGAREN, G. ; GUIVANT, J. S. ; OOSTERVEER, P. . Shopping for Green Food in Globalizing Supermarkets: Sustainability at the Consumption Junction. In: Pretty, Jules; Guivant, Julia; Benton, Ted; Lee, David; Orr, David and Ward, Hugues. (Org.). The Sage Handbook on Environment and Society. 1ed.London: Sage, 2007, v. , p. 411-428.

GUIVANT, J. S.. The interfaces between supermarkets strategies and consumers in relation to organic and health food in Brazil. In: Guillon, Francois. (Org.). Health enhancing foods: sociocultural differences and international successes. Paris: IREMAS, 2005, v. , p. 1-162.

Artigos

DAVID, M. ; GUIVANT, J. S. . A gordura trans: entre as controversias científicas e as estratégias da indústria alimentar. Política & Sociedade, v. 11, p. 49-74, 2012.

MEZZOMO, J. ; GUIVANT, J. S. . O Estudo da Confiança na Alimentação: Análise do Campo de Pesquisa. BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (Cessou em 1995) Cont. como: 1516-8085 BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica, v. 10, p. 79-96, 2010.

GUIVANT, J. S.. O controle do mercado através da eco-eficiência e do eco-consumo: uma análise a partir dos supermercados. Política & Sociedade, v. 8, p. 173-178, 2009.

Tomiello, Naira ; GUIVANT, J. S. . Ambivalência na comunicação das estratégias de sustentabilidade: uma análise da cadeia de valor da Wal-Mart na perspectiva global, nacional e local. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), v. 9, p. 55-78, 2008.

GUIVANT, J. S.. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. Ambiente e Sociedade (Campinas), Campinas, Unicamp, v. VI, n.2, p. 63-82, 2003.

OUTRAS ATIVIDADES

Coordenação do IRIS

O Instituto de Pesquisa sobre riscos e Sustentabilidades (IRIS) foi criado em 2009 sob minha coordenação a partir da semente do NISRA (www.iris.ufsc.br). A transformação foi um passo importante devido à necessidade de focar melhor nos trabalhos realizados pelo crescente número de integrantes e que não se enquadravam tematicamente na proposta original do NISRA. O IRIS, portanto, pretendeu seguir com as iniciativas do NISRA. Também o Instituto se propõe aglutinar pesquisadores colaboradores de outros núcleos e depts da UFSC assim como de outras instituições, de forma a estimular a realização de parcerias na organização de pesquisas, publicações e eventos. Entre as repercussões, o IRIS procura contribuir no fortalecimento no Brasil da área de sociologia ambiental. Para isto, diversas atividades do IRIS envolvem trabalhos que focalizem nas especificidades do Brasil na dinâmica da sociedade global de riscos.

Envolvimento com associações acadêmicas

1) Participei desde o início de sua criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), que congrega os programas e instituições brasileiras que desenvolvem atividades de pesquisa e/ou formação strictu sensu de pessoal especializado em nível de pós-graduação de caráter interdisciplinar que focalizem a interação Ambiente e Sociedade em suas múltiplas dimensões.

Fui parte do comitê da ANPPAS entre 2006-2008 e tive a honra de ser Presidente da mesma entre 2008-2010, quando organizei o Encontro Nacional na UFSC. Durante minha Presidência foi publicado o seguinte livro:

GUIVANT, J. S.; JACOBI, P. (Org.) . Perspectivas socio-ambientais: desafios teóricos e agendas públicas em 10 anos da ANPPAS. 1ra. ed. São Paulo: Annablume, 2012. 284p .

Além disto, sou membro do corpo editorial da revista Ambiente e Sociedade, ligada diretamente à ANPPAS.

2) Em 2005 foi criada a S.Net (Society for the Study of Emerging and new Technologies), sendo uma associação internacional na qual me mantenho vinculada até o presente, sendo parte do seu board durante o período 2010-2014. Esta associação promove o intercâmbio intelectual e a investigação crítica sobre o avanço das tecnologias novas e emergentes na sociedade. S.NET representa diversas comunidades, disciplinas, pontos de vista e metodologias nas ciências sociais e humanas. Também recebe contribuições de cientistas e engenheiros que avançam a reflexão crítica da nanociência e outras tecnologias emergentes. Devido à sua abordagem multidisciplinar, a comunidade S.NET aborda uma ampla gama de questões relacionadas com o desenvolvimento e inclusão social de tecnologias novas e emergentes, incluindo, mas não se limitando aos seguintes temas: Dinâmica e organização da pesquisa; inovação e uso; governança e regulação; política e ética; visões e imaginários culturais; e funções dos públicos e das partes interessadas.

Atualmente faço parte do comitê editorial que organiza as publicações anuais mais importantes entre as apresentadas nas conferências da S.Net. A seguir as referencias:

BOWMAN, D. (Org.) ; Dijkstra, A. (Org.) ; FAUTZ, C. (Org.) ; GUIVANT, J. S. (Org.) ; Konrad, K. (Org.) ; Van Lente, H. (Org.) ; WOLL, S. (Org.) . Responsibility and Emerging Technologies: Experiences, Education and Beyond. 1. ed. Berlin: Aka, 2016. v. 800. 375p .

BOWMAN, D. ; FAUTZ, C. ; Konrad, K. ; GUIVANT, J. S. ; VAN, L. H. ; WOLL, S. . Aspirations of Responsibility for Emerging Technologies. Responsibility and Emerging Technologies: Experiences, Education and Beyond. 1ed.Berlin: Aka Press, 2016, v. 1, p. 15-28.

BOWMAN, D. (Org.) ; FAUTZ, C. (Org.) ; GUIVANT, J. S. (Org.) ; KONRAD, K. (Org.) ; VAN, L. H. (Org.) ; WOLL, S. (Org.) . Practices of innovation and Responsibility: Insights from Methods, Governance and Action. 1. ed. Amsterdam: IOS Press, 2015. v. 1500. 237p .

BOWMAN, D. ; DIJSTRA, A. ; FAUTZ, C. ; GUIVANT, J. S. ; KONRAD, K. ; VAN, L. H. ; WOLL, S. . Moving beyond concern: practices of innovation and responsibility for emerging technologies. In: Bowman, Silvia; Dijkstra, Anne; Faust, Camilo; Guivant, Julia; Konrad, Kornelia, Harro van Lente; Woll, Silvia. (Org.). Practices of innovation and responsibility: insights from methods, governance and action. 1ed.Amsterdam: IOS press, 2015, v. , p. 1-9.

Coenen, C. (Org.) ; Dijkstra, A. (Org.) ; Fautz, C. (Org.) ; GUIVANT, J. S. (Org.) ; Konrad, K. (Org.) ; Van Lente, H. (Org.) . Innovation and responsibility; engaging with new and emerging technologies. 1. ed. Berlin: Aka; Ios Press, 2014. v. 1000. 186p .

3) Desde 1998 passei a participar do Research Committee 24 (Environment and Society) da International Sociological Association. Tive a honra de ser membro do board entre 2000-2004 e vice-presidente entre 2004-2008.

4) Sou lead faculty of the Earth System Governance Project desde 2010.
<http://www.earthsystemgovernance.org/>

Orientações

Uma das facetas mais motivadoras da vida acadêmica é o da orientação. Esta tem me possibilitado avançar empírica e teoricamente, além da gratificação pessoal de ver o

crescimento dos orientandos.

Tanto no curso de graduação em Ciências Sociais (TCCs e Iniciação científica), quanto nos programas de pós-graduação em Sociologia Política e Interdisciplinar em Ciências Humanas, posso destacar o trabalho estimulante de orientação e de co-orientação.

Dissertação de mestrado

1.



Renan Ritzmann de Oliveira. BEM-ESTAR À VENDA: A FRANQUIA MUNDO VERDE. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

2.



Carlos Alexandre de Oliveira. Alimentos Transgênicos Na Percepção Dos Alunos De Engenharia Química. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

3.

Laura Guerrero. EnREDDando agricultores, florestas e carbono: análise do processo de tradução do projeto REDD nos vales de San Nicolás, Colombia. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

4.



Marilia David. 0% de gordura trans: a trajetoria de um risco. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

5.



Veronica Korber Gonçalves. O mecanismo do desenvolvimento limpo e a suinocultura no oeste de SC: análise da implementação do programa 3S da Sadia. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

6.



Andre Luiz Bianco. Os alimentos funcionais entre ciência e comunicação". 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.


7.




Denise Nunes. NA ?INDÚSTRIA DO ÁTOMO? A ?BELEZA É INTELIGENTE?, MAS A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA É NANOCIDADÃ. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política)

- Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.


8.

 Carolina Toschi Maciel. ?Bem-estar animal: desafios sociais de um termo em construção?. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.


9.

 Eduardo João Moro. Supermercados e alimentos orgânicos no Brasil: estratégias e tendências. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

10.

 Alysson Hubner. Risco global da gripe aviária: uma análise sociológica das medidas preventivas em Sta Catarina. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

11.

 José Luiz Fernandes Cerveira Filho. A Recuperação Ambiental em Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema: uma análise da trajetória do Programa Pontal Verde. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.


12.

Antonio Cavalcanti. O Projeto São José: uma experiência de desenvolvimento sustentável participativo no estado de Ceará.. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.


13.

Josete Pereira. Perspectivas dos jovens rurais: um estudo de caso no município de Camboriu.. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.


14.

 Luciano Florit. Agricultores Familiares Frente Aos Dilemas da Sustentabilidade: O Caso da Construção Social da Poluição Hídrica Na Microbacia do Lajeado São José. 1998. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

15.


 Carlos Maria Perez. Agroecologia No Planalto Catarinense. A Experiência do Centro Vianei de Educação Popular. 1997. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

16.


 Sandro Cesar Sell. Controle Institucional de Riscos Alimentares: Uma Análise A Partir de Florianópolis. 1997. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

Tese de doutorado


1.

 Marília Luz David. Certificação de alimentos e práticas científicas: o caso da Sociedade Brasileira de Cardiologia. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.


2.

 Denise Maria Nunes. Nancosméticos, meio-ambiente e governança. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.


3.

 Manuela de Souza Diamico. Academia, seus peritos e a produção industrial de alimentos. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.


4.

 João Samarone Lima. Tecnologias da Informação no caminho da sustentabilidade: uma análise das práticas e discussões. 2015. Tese (Doutorado em Curso de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.


5.

 Manuela Alvarenga Nascimento. AS PRÁTICAS ALIMENTARES NA SOCIEDADE GLOBALIZADA: O CASO DO MOVIMENTO SLOW FOOD. 2014. Tese (Doutorado em Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

6.

 Eduardo Joao Moro. Entre a agricultura convencional e a agroecologia: alianças e interfaces na pesquisa agrícola e na extensão rural de Santa Catarina. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

7.

 Rafael Mattiello. As trajetórias da certificação florestal dos standards do Conselho de Manejo Florestal (FSC). 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

8.

Maria Elizabeth Goidanich. Mães vai ao supermercado: Uma abordagem etnográfica das compras para o cotidiano. 2012. Tese (Doutorado em Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) -

Universidade Federal de Santa Catarina, Reuni. Coorientador: Julia Silvia Guivant.

9.



Tade-Ane de Amorim. Nanotecnologias: um estudo de redes socio-tecnicas. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

10.

Ivana Lobo. Agricultura Urbana no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Curso de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

11.

Paulo R. Silveira. A Produção Artesanal de Alimentos Orgânicos no Século XXI- Contraracionalidades em um Novo Padrão de Consumo. 2010. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

12.



Naira Tomiello. A responsabilidade social e ambiental no setor empresarial : o caso dos supermercados. 2010. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

13.

Marcia da Silva Mazon. Abastecimento alimentar no Brasil e as reformas liberalizantes: Estado e Mercado em questão. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

14.



Elaine Azevedo. Os Riscos E A Reflexividade Na Ciência Da Nutrição E Na Construção Do Conceito De Alimentação Saudável: o caso da Soja. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

15.

Carolina Toschi. Bem-estar animal: uma perspectiva comparativa nos mercados globalizados. 2009. Tese (Doutorado em PhD in Environmental Policies) - Wageningen University, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coorientador: Julia Silvia Guivant.

16.



Adilson Francelino Alves. à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: Interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná). 2008. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

17.



Valdir Aquino Zitzke. A rede sócio-técnica da usina hidroelétrica do Lageado (TO) e os reassentamentos rurais. 2007. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

18.



Helana Celia de Abreu Freitas. A construção da rede socio-técnica de educação de assentadas da Reforma Agrária: o PRONERA. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

19.



Joel Paese. Controvérsias na tecnociência: o caso da lei de biossegurança no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

20.

Katja Plotz Fróis. A arte na sociedade de consumo: o consenso possível no dissenso. 2006. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Coorientador: Julia Silvia Guivant.

21.



Mauricio Genet Guzmán Chávez. O mais profundo é a pele: sociedade cosmética na era da biodiversidade. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa Alfa Uniao Europeia. Orientador: Julia Silvia Guivant.

22.

Meryl Adelman. A Voz e a Escuta: Encontros e Desencontros da Teoria Feminista e a Sociologia Contemporânea. 2004. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Coorientador: Julia Silvia Guivant.

23.

Vera Iten Texeira. Entre pasteis e pessoas: a trajetória e conflitos em torno do palmito. 2003. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

24.



Luiz Carlos Mior. Agricultores familiares, agroindústria e território: dinâmica de redes de desenvolvimento rural no Oeste de Santa Catarina. 2003. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa Alfa Uniao Europeia. Orientador: Julia Silvia Guivant.

25.



Altino Bomfim de Oliveira Junior. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ECOTURISMO COMO COLONIZAÇÃO DO FUTURO. UM ESTUDO DE CASO NA CHAPADA DOS VEADEIROS. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Julia Silvia Guivant.

26.

Alicia Castells. Espaço e estética. Um estudo sobre o MST e os assentamentos. 2001. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

27.

João Ferte.. Problemas Ambientais Rurais e Mudanças Sócio-Técnicas. A trajetória da piscicultura orgânica em Santa Catarina.. 2001. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

28.



Sergio Boeira. "Estratégias da indústria na relação entre a produção de tabaco e os efeitos do tabagismo".. 2000. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, . Orientador: Julia Silvia Guivant.

Supervisão de pós-doutorado

1.

Naira Tomiello. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Julia Silvia Guivant.

2.

Naira Tomiello. 2012. Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Julia Silvia Guivant.

3.

Marcia da Silva Mazon. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Julia Silvia Guivant.

4.

Juliana Mezzono. 2009. Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Julia Silvia Guivant.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Ricardo Francisco Paes. A construção da qualidade: Estudo sobre a legitimação do standard da lei da pureza alemã no mercado catarinense de cervejas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Abi - Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

2.

Rochelle Deminski. Estratégias de Marketing para venda de alimentos orgânicos no mercado Espaço Mais Saúde (Florianópolis ? SC. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

3.

Ana Carolina Cassiano. Abrindo uma caixa-preta: um estudo de percepções sobre a ciência em ONGs ambientalistas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

4.

Marília David. Consumidor político? Uma análise das percepções dos Direitos do Consumidor. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

5.
Rosana Aparecida de Mello Garcia. Da Alternativa À Oportunidade: Produtores Orgânicos Da Grande Florianópolis E A Comercialização Com Supermercados. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

6.
Alan Delazeri Mocellim. Orkut e identidades sociais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

7.
André Luis Bianco. Alimentos funcionais: alegações de saúde e governança. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

8.
Eduardo Joao Moro. Estratégias dos supermercados em relação aos alimentos orgânicos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

9.
Julio Eduardo Olmo Mandagarán. OGMs: percepções sobre riscos, incertezas e ciência entre estudantes universitários. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

10.
ALICE TENFEN SILVA. Riscos alimentares e produtos orgânicos: relações difusas no mercado de Florianópolis. O papel dos supermercados.. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

11.
Antonio Roney Regis da Silva. Riscos ambientais por agrotóxicos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

12.
Gláucia G. Oliveira Campos de Menezes. Crianças e agrotóxicos: uma relação de riscos. 1999. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

13.
Mary Lande Ratke. Cursos de profissionalização para as mulheres agricultoras. Uma análise da experiência da EPAGRI/SC. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

- 14.

Naira Tomiello. Ethos profissional: o curso de ciencias sociais dentro do mercado de trabalho de Florianopolis. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

15.

Gilberto Veras Caldeira. Habitos e práticas alimentares de escolares da rede de ensino fundamental do municipio de Fpolis SC. 1994. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

16.

Marilene Rodriguez Meireles. Percepção dos riscos referentes ao uso de agrotóxicos entre fumicultores. 1993. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

17.

Sandro Cesar Sell. Sujeitos e disciplina escolar-Um estudo de caso. 1993. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

18.

Maristela Iara Beretta. Impactos e conflitos de uma experiencia de agricultura organica no municipio de Rancho Quemado (SC) 1975 a 1993. 1993. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

19.

Fabiana Bast. Análise da organização e da metodologia empregada no programa Beija Flor de reciclagem de lixo em Fpolis. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, companhia catarinense de limpeza publica. Orientador: Julia Silvia Guivant.

20.

Alline Gonçalves Silva. A problemática do Lixo na comunidade da Tapera, Fpolis. 1992. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, companhia catarinense de limpeza publica. Orientador: Julia Silvia Guivant.

Iniciação científica

1.

Ricardo Francisco Paes. Debates em torno dos processos de aprovação de transgênicos na CTNBio. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

2.

Fabio Henrique Silva Luiz. As certificações de transgênicos e não transgênicos. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

3.

Lucas Voigt. A certificação das empresas: o caso dos supermercados sustentáveis. 2012. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

4.
Ana Carolina Bordinhão. A certificação da soja não transgênica. 2012. Iniciação Científica - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

5.
Ricardo Francisco Paes. O papel da CTNBio. 2012. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

6.
Victor Tadeu Pera Netto. Mercados verdes alimentares: tendências e debates. 2010. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

7.
Carolina Cavalcanti. Os debates sobre o código ambiental em SC. 2009. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

8.
Ana Carolina Cassiano. As perspectivas sobre ciência entre as ONGs ambientais. 2009. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

9.
Ana Carolina Cassiano. O sistema de controle dos riscos e da qualidade alimentar no Brasil. 2008. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

10.
Patrick Marques. As milhages dos alimentos orgânicos: conflitos no mercado globalizado. 2008. Iniciação Científica. (Graduando em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

11.
André Luis Bianco. Alimentos funcionais no Brasil: relações leigos e peritos. 2007. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

12.
Marília David. nanotecnologias e redes de pesquisa no Brasil. 2007. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

13.
Manuela Diamico. Merenda escolar orgânica. 2006. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

14.
Denise Nunes. Nanotecnologias e redes de pesquisa. 2006. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

15.
Eduardo Joao Moro. Analise das estrategias do setor supermercadista na comercializacao de FLV organicos: um estudo de caso em Florianopolis. 2006. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

16.
Julio Olmo Mandagaran. Analise dos debates sobre a legislaçao de biosegurança. 2005. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

17.
Julio Eduardo Olmo Mandagarán. Periodizaçao do debate sobre os transgênicos no Brasil. 2004. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

18.
Ana Julia Jufre. O papel dos supermercados e o consumo de alimentos organicos em Florianopolis. 2003. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

19.
Alicie Tefen Silva. Relaço es produtores e supermercados no mercado de organicos em Florianopolis. 2003. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

20.
Moreno Saraiva. Debates sobre a participação publica nos debates sobre transgênicos. 2003. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Julia Silvia Guivant.

21.
Glucia G. Oliveira Campos de Menezes. Agrotóxicos e trabalho infantil no meio rural. 1999. Iniciação Científica. (Graduando em Sociologia e Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Julia Silvia Guivant.

Orientações de outra natureza

1.
Pedro Bevilacqua. A rede de atores sociais no Forum de Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos. 2015. Orientação de outra natureza. (Abi - Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Proex-UFSC. Orientador: Julia Silvia Guivant

2.
Caroline Stresser. Auxilio nas atividades do Forum Catarinense de combate aos agrotóxicos e transgênicos. 2015. Orientação de outra natureza. (Abi - Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Proex-UFSC. Orientador: Julia Silvia Guivant.

Atividades de extensão

A extensão é parte fundamental da atividade acadêmica, e assim a tenho considerado durante os anos de minha carreira. Desenvolvi atividades diversas junto a Epagri, a Embrapa, a Emater, especialmente dando cursos de extensão em Desenvolvimento rural sustentável e metodologias participativas. Durante o período de 2000 a 2005 ofereci cursos a distância sobre o tema na ReDcapa, uma rede de pesquisadores latino-americanos.

Destaco aqui o último projeto, aprovado na Universidade, e que teve 2 bolsas de graduação em 2015: Metodologias participativas: o seu papel no Fórum Catarinense de Combate aos impactos dos agrotóxicos e transgênicos (FCCIAT). O FCCIAT, instrumento de controle social que congrega cidadãos representantes ou não de organizações públicas, não-governamentais e privadas do Estado de Santa Catarina, foi criado em 24 de fevereiro de 2015 e situado, por ora, no Ministério Público de Santa Catarina. Envolve diversos órgãos governamentais e não governamentais. Eu participei como representante do IRIS, como membro do Forum, depois como vice-presidente e até início do corrente ano como secretaria Executiva.

E além disto, atualmente estou participando no Termo de Cooperação Técnica sobre Sanidade Alimentar, coordenado pelo Ministério Público Estadual e que envolve diversos órgãos envolvidos com a Sanidade Alimentar.

BIBLIOGRAFIA CITADA

BOURDIEU, Pierre, O Poder Simbólico. Lisboa: Editora Difel, 1989.

DOUGLAS, Mary. (1985) Risk Acceptability According to the Social Sciences. Russell Sage Foundation, New York.

DOUGLAS, Mary e Aaron Wildavsky (1982). Risk and Culture. An Essay on the Selection of Technical and Environmental

GEERTZ, Clifford;. Toward an Anthropology of Self and Feeling., In R. Levine (ed.) Culture Theory. Essays on Mind Self and Emotion. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GIDDENS, Anthony; A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony; As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

JOHNSON, Braden B. e Vincent T. Covello (Eds.). (1987) The Social and Cultural Construction of Risk. Essays on Risk Selection and Perception. D. Reidel Publishing Company, Dordrecht, Holland.

RENN, Ortwin. (1991) "Risk Perception and Risk Management: a Review", CENTED, Clark University, N°85: 1-9.

SHORT, James F. (1984) "The Social Fabric at Risk: Toward the Social Transformation of Risk Analysis", American Sociological Review, Vol.49 (December), 711-725.

THOMAS, K. O homem e o mundo natural. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SLOVIC, Paul. (1985) "Informing and Educating the Public about Risk", Decision Research Report 5 (no reference of publication place).